



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO AMAPÁ**



RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010

**MACAPÁ
MARÇO/2011**



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO AMAPÁ**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010

Relatório de Gestão do exercício de 2010 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 107/2010 e da Portaria TCU nº 277/2010 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU-PR nº 2546/2010).

Unidade Responsável pela Elaboração do RG:
Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado do Amapá

**MACAPÁ
MARÇO/2011**

LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS

CGU – Controladoria-Geral da Unio
COGER/DPF – Corregedoria Geral (Sede/Brasília)
CTI/DPF – Coordenao de Tecnologia da Informao (Sede/Brasília)
DN – Deciso Normativa
DPF – Departamento de Polícia Federal
IN – Instruo Normativa
IPL – Inquérito Policial
LOA – Lei Oramentria Anual
n/a – no aplicável
n/d – no disponível
PAC – Programa de Acelerao do Crescimento
PIB – Produto Interno Bruto
Port. – Portaria
PPA – Plano Plurianual
RG – Relatório de Gesto
SIASG – Sistema Integrado de Administrao de Servios Gerais
SIAFI – Sistema Integrado de Administrao Financeira do Governo Federal
SIAPE – Sistema Integrado de Administrao de Recursos Humanos
SIGPLAN – Sistema de Informaoes Gerenciais e de Planejamento
TCU – Tribunal de Contas da Unio
UG – Unidade Gestora
UJ – Unidade Jurisdicionada
UO – Unidade Oramentria
SR – Superintendência Regional
SR/DPF/AP – Superintendência Regional da Polícia Federal no Amapá
DPF/OPE

LISTA DE TABELAS, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES E INFORMAÇÕES ANEXAS

Quadro A.1 - Identificação das UJ no Relatório de Gestão Individual	11
Quadro A.2.1.1 - Demonstrativo da Execução do Programa de Governo 0087	15
Quadro A.2.1.3 - Demonstrativo da Execução do Programa de Governo 0662	15
Quadro A.2.1.5 - Demonstrativo da Execução do Programa de Governo 1353	24
Quadro A.2.2 - Execução Física das ações realizadas pela UJ	25
Quadro A.2.3 - Identificação das Unidades Orçamentárias.....	26
Quadro A.2.7 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	26
Quadro A.2.11.1 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação – UG 200402 e 200403	27
Quadro A.2.11.2 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação – UG 200402	27
Quadro A.2.12.1 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação – UG 200403	28
Quadro A.2.12.2 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação – UG 200402	28
Quadro A.2.13.1 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação - 200403	29
Quadro A.2.13.2 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação - 200402	29
Quadro A.4.1.1 – Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores – UG - 200402	30
Quadro A.4.1.2 – Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores - UG - 200403.....	30
Quadro A.5.1 - Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação apurada em 31/12/2010	31
Quadro A.5.2 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2010	31
Quadro A.5.3 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12/2010	32
Quadro A.5.4 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31/12/2010	32

Quadro A.5.5 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12/2010	32
Quadro A.5.7 - Quadro de custos de recursos humanos nos exercícios de 2008, 2009 e 2010.....	33
Quadro A.5.8 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva.....	34
Quadro A.5.9 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.....	34
Quadro A.5.10 - Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra	35
Quadro A.9.1 - Estrutura de controles internos da UJ.....	38
Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	40
Quadro A.11.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	41
Quadro A.11.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ	42
Quadro A.12.1 - Gestão de TI da UJ	43
Quadro A.13.1 - Despesa com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador.....	44
Quadro A.13. 2 – Despesa com Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica).....	44

SUMÁRIO

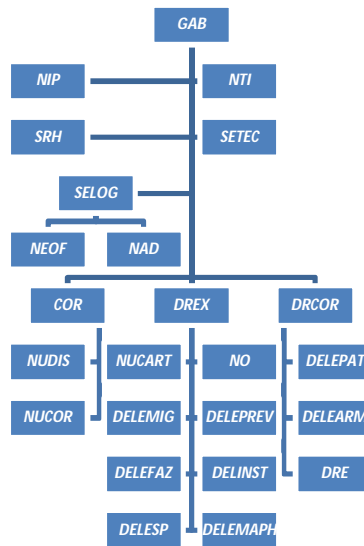
ORGANOGRAMA FUNCIONAL.....	7
INTRODUÇÃO.....	8
1. IDENTIFICAÇÃO DE RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL 11	
2. PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA 12	
2.1) Responsabilidades institucionais	12
2.1.1) Competência institucional	12
2.1.2) Objetivos estratégicos	12
2.2) Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais	13
2.2.1) Análise do andamento do plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida.	13
2.2.2) Análise do plano de ação referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão	13
2.3.1) Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da UJ	15
2.3.1.1) Programa 0087 – Gestão da Política de Previdência Social	15
2.3.1.3) Programa 0662 – Prevenção e Repressão à Criminalidade	15
2.3.1.3.1) Ação 2679 – Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precursores Químicos	17
2.3.1.3.2) Ação 2720 – Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública	17
2.3.1.3.3) Ação 2726 – Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União	18
2.3.1.3.4) Ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	22
2.3.1.4) Programa 0750 – Apoio Administrativo	23
2.3.1.5) Programa 1353 – Modernização da Polícia Federal	24
2.3.2) Execução física das ações realizadas pela UJ	25
2.4) Desempenho Orçamentário/Financeiro	26
2.4.1) Programação orçamentária da despesa	26
2.4.1.1) Programação de Despesas Correntes	26
2.4.1.2) Programação de Despesas de Capital	26
2.4.1.3) Quadro Resumo da Programação de Despesas	26
2.4.1.4) Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	26
2.4.2) Execução Orçamentária da Despesa	27
2.4.2.1) Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ	27
2.4.2.2) Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação	27
2.4.2.2.1) Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação	27
2.4.2.2.2) Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação	28
2.4.2.2.3) Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação	29
2.4.3) Indicadores Institucionais	29
3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS 30	
3.1) Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos	30
3.2) Análise Crítica	30

4. SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	30
4.1) Pagamentos e cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores	30
4.2) Análise Crítica	30
5. Recursos Humanos	31
5.1) Composição do Quadro de Servidores Ativos	31
5.2) Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas	32
5.3) Composição do Quadro de Estagiários	33
5.4) Quadro de custos de Recursos Humanos	33
5.5) Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	34
5.6) Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos	36
6. TRANSFERÊNCIAS	38
6.1) Transferências efetuadas no exercício	38
6.2) Análise Crítica sobre a situação da gestão das transferências vigentes no exercício e seus efeitos no médio e longo prazo	38
7. DECLARAÇÃO RELACIONADA ÀS INFORMAÇÕES DO SIASG E SICONV	38
8. INFORMAÇÕES RELACIONADAS À ENTREGA DE DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS	38
9. SISTEMA DE CONTROLE INTERNO	38
9.1) Estrutura de controles internos da UJ	39
10. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	40
10.1) Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	40
11. GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO	41
11.1) Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial	41
11.2) Análise Crítica sobre a gestão de imobilizados sob sua responsabilidade	43
12. GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	43
12.1) Gestão de Tecnologia da Informação (TI)	43
13. UTILIZAÇÃO DOS CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL	44
14. INFORMAÇÕES SOBRE AS RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS	44
15. DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU	44
16. RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO	44
ANEXOS	46
ANEXO I - DECLARAÇÃO REFERENTE AO ITEM 7 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010.....	46
ANEXO II - INFORMAÇÃO REFERENTE AO ITEM 8 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010.....	47
ANEXO III - INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO REFERENTE AO ITEM 1 DA PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010.....	48
ANEXO IV – MAPA ESTRATÉGICO DO DPF.....	49
ANEXO V - RESULTADOS DAS AÇÕES DA DELEGACIA REGIONAL EXECUTIVA	50

ORGANOGRAMA FUNCIONAL

A Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Amapá está estruturada em seis Unidades Operacionais, quais sejam: Sede da Superintendência e uma descentralizada Delegacia de Polícia Federal em Oiapoque.

O organograma funcional apresentado pelo Regimento Interno do Departamento de Polícia Federal (Portaria MJ nº 3.961, de 24 de novembro de 2009) para a SR/DPF/AP é o seguinte:



Superintendência Regional:

- a) Núcleo de Inteligência Policial – NIP;
- b) Núcleo de Tecnologia da Informação – NTI;
- c) Setor de Recursos Humanos – SRH;
- d) Setor Técnico-Científico – SETEC;
- e) Setor de Administração e Logística Policial – SELOG:
 1. Núcleo de Execução Orçamentária e Financeira – NEOF;
 2. Núcleo Administrativo – NAD;
- f) Delegacia Regional Executiva – DREX:
 1. Núcleo de Cartório – NUCART;
 2. Núcleo de Operações – NO;
 3. Delegacia de Polícia de Imigração – DELEMIG;
 4. Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários – DELEPREV;
 5. Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários – DELEFAZ;
 6. Delegacia de Defesa Institucional – DELINST;
 7. Delegacia de Controle de Segurança Privada – DELESP;
 8. Delegacia de Repressão a Crimes contra o Meio-Ambiente e Patrimônio Histórico – DELEMAPH;
- g) Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado – DRCOR:
 1. Delegacia de Repressão a Crimes contra o Patrimônio – DELEPAT;
 2. Delegacia de Repressão ao Tráfico Ilícito de Armas – DELEARM;
 3. Delegacia de Repressão a Entorpecentes – DRE;
- h) Corregedoria Regional de Polícia Federal – COR:
 1. Núcleo de Disciplina – NUDIS; e
 2. Núcleo de Correções – NUCOR

INTRODUÇÃO

O Relatório está estruturado de forma seqüencial segundo os itens relacionados na parte A do Anexo II da DN-TCU nº 107/2010, ou seja: informações gerais de identificação, planejamento e gestão orçamentária, reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos, informações sobre restos a pagar, recursos humanos, transferências, declaração referente a contratos e convênios constantes no SIASG e SICONV, declaração relacionada à entrega de declarações de bens e rendas, informações quanto ao sistema de controle interno e sustentabilidade ambiental, gestão do patrimônio imobiliário e da tecnologia da informação, informações quanto ao uso dos cartões de pagamento do governo federal, quanto a determinações e recomendações dos órgãos de controle interno e externo.

A Declaração e as Informações referentes aos itens 7 e 8 da parte A do anexo II da DN TCU nº 107/2010, constam no Anexo do presente Relatório de Gestão.

Os itens 14 e 17 da parte A, os itens 2 a 5 da parte B e as partes C e D do anexo II da DN TCU nº 107/2010 não se aplicam à natureza jurídica da UJ.

Os itens 3, 15 e 16 do anexo II da DN TCU nº 107/2010, apesar de aplicarem à natureza da Unidade, não ocorreram no período.

A Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Amapá está estruturada em seis Unidades Operacionais: Sede da Superintendência em Macapá, e uma Delegacia de Polícia Federal em Oiapoque.

Como resultado dos trabalhos da Polícia Federal, o Inquérito Policial é o seu produto final. Este vale tanto para as ações pró-ativas (operações policiais), quanto para as ações reativas (inquéritos instaurados por portaria).

No ano de 2010, a Superintendência Regional e sua descentralizada deram continuidade ao desenvolvimento de suas operações policiais voltadas a atividade-fim, resultando no cumprimento de mandados de busca e apreensão e prisões cautelares (flagrante, temporária e preventiva).

Principais realizações da gestão no exercício:

a) aumento da quantidade de inquéritos relatados, no âmbito da SR/DPF/AP e respectivas descentralizada.

b) diminuição da demanda reprimida de Inquéritos Policiais no âmbito da SR/DPF/AP e respectiva descentralizada.

c) foram produzidos **348 (trezentos e quarente e oito)** laudos diminuição da demanda reprimida de Laudos Periciais pendentes de conclusão - ao encerramento do ano de 2009, no âmbito da SR/DPF/AP, e efetivados cerca de **292 (duzentas e noventa e duas)** solicitações de exames periciais feitas ao SETEC .

d) aumento da quantidade de cocaína apreendida – em 2010 foi de 55,5 kg em 2009 a quantidade foi de 15,00 kg houve um aumento de apreensão de cocaína em 2010, porém, se tomarmos como parâmetro o ano 2008, verificaremos que foi abaixo do esperado já que em 2008 houve a apreensão de 275,72 kg.

f) continuidade na realização de eventos de aprimoramento dos servidores no âmbito da SR/DPF/AP e descentralizada, destacou servidores para outros estados para participarem de cursos, palestras e simpósios, cursos de treinamento e desenvolvimento, cursos EAD/SENASP/ANP e também destacou servidores da área meio para realizarem cursos de capacitação na UNIFAP- Universidade Federal do Amapá.

- h) aumento da fiscalização e investigações de inteligência na região da cidade de Oiapoque e intercâmbio entre o Brasil França, visando cooperação mútua, e trocas de informações no combate ao tráfico de drogas e armas, bem como viabilizar a repressão de crimes ambientais, e a questão migratória.

i) principais Operações Policiais desenvolvidas no exercício de 2010:

Operação	Data	Local	Objetivo	Presos	Apreensões
AIMARA	Início em 05/02/10	Fronteira Brasil com Guiana Francesa	Repressão aos crimes cometidos na fronteira do Brasil, tais como contrabando, descaminho, tráfico de drogas e armas.	0	Operação de natureza contínua sem prazo determinado para encerramento.
CLAVINA	24/02/10	Macapá/Santana	Fechamento de fabrica de clandestina de arma de fogo no município de Santana	2	Foram apreendidos 50 peças de armas de fogo de fabricação caseira
TORRE DE CONTROLE	21/02/10	Macapá	Destruição de 03 pistas de pouso clandestinas localizadas no Parque Nacional do Tumucumaque	0	Foram destruídas as 03 pistas de pouso clandestinas encontrados na Reserva do Tumucumaque
GATILHO	07/04/10	Macapá	Desmantelar quadrilha que praticava assalto no Estado do Amapá	04	Foram apreendidos um revólver com numeração raspada e diversas munições
ALÇA DE MIRA	18/05/10	Macapá	Apreensão de quadrilha responsável por assaltos, armas de fogo e entorpecente no Estado do Amapá.	11	Foi apreendido um revólver com a numeração raspada e diversas munições
PRECATORIO	11/06/10	Macapá/Santana	Desmantelar organização delituosa, cujo principal atividade era falsificar documentos públicos e particulares.	1	Foram apreendidos diversas Certidões de nascimento em branco.
SENTINELA	18/06/10	Macapá e Oiapoque	Desmantelar organização delituosa, que consiste na atividade de trafico de entorpecente,	02	Operação de natureza contínua sem prazo para determinado para encerramento.
BATEIA	22/06/10	Macapá/Santana/Oiapoque	Coibição do comercio ilegal de ouro no Estado do Amapá.	0	Apreensão de 50 kg de ouro valor R\$ 3.000.000,00
CDC	19/08/10	Macapá/Porto Grande/Ferreira Gomes	Desarticular quadrilha que conseguia empréstimos fraudados de CDC, junto a CEF	0	Apreensão de comprovante de rendimentos falsificados
MÃOS LIMPAS	10/09/10	Macapá	Desarticular organização criminosa composta por servidores públicos, políticos e empresários.	18	Apreensão de 01 Ferrari, 01 Maserati, 02 Mercedes, 01 Mini Cooper e R\$ 1.000.000,00
HIDROCARBONETO	08/11/10		Coibição de venda e distribuição e o armazenamento ilegal de gás de cozinha	0	Foram apreendidos aproximadamente 2000 botijões de gás.
LAS VEGAS	18/11/2010	Macapá	Coibição da pratica do jogo de azar em Macapá, fechando duas casas de jogo de azar.	0	Apreensão de 100 terminais de computadores
TURQUESA	05/11/10	OIAPOQUE	Combater práticas do trafico de entorpecente.	07	

Principais dificuldades para realização dos objetivos da UJ: a escassez de efetivo, sendo que a situação é agravada no que concerne ao quadro de servidores da área-meio (servidores administrativos), além da pequena dotação orçamentária destinada a esta Regional e consequente escassez de recursos financeiros.

Planos e projetos para o exercício seguinte:

a) dar continuidade ao processo de aumento da quantidade de inquéritos relatados, diminuindo cada vez mais a demanda reprimida no âmbito da SR/DPF/AP e respectivas descentralizadas.

b) dar continuidade ao processo de diminuição da demanda reprimida de Laudos Periciais pendentes de conclusão.

c) dar continuidade ao processo de aumento da quantidade de cocaína apreendida.

d) dar continuidade ao processo de continuidade à realização de eventos de aprimoramento dos servidores no âmbito da SR/DPF/AP e descentralizadas.

e) dar prosseguimento às gestões em trâmite junto à Direção-Geral da Polícia Federal, de modo a propiciar a continuidade dos serviços contratados por esta Unidade Gestora, bem como a viabilização das obras de reforma e construção necessárias a adequação das instalações desta Sede Regional e das respectivas descentralizadas.

f) dar continuidade a sistemática de realização de reuniões periódicas com as Chefias de todos os Núcleos, Setores e Delegacias da Regional e de suas descentralizadas.

g) dar continuidade a sistemática de realização de reuniões periódicas com o efetivo da Regional e das descentralizadas.

h) Manter o estreitamente das relações com os demais Órgãos das esferas federal e estadual.

A- Conteúdo Geral

1. IDENTIFICAÇÃO DE RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Quadro A.1 - Identificação das UJ no Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça			Código SIORG: 316
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Amapá			
Denominação abreviada: SR/DPF/AP			
Código SIORG: 01513	Código LOA: N/A		Código SIAFI: 200134
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública			Código CNAE: 8424-8/00
Telefones/Fax de contato:	(096) 3213-7500	(096) 3213-7603	(096) 3213-7501
E-mail: gab.srap@dpf.gov.br			
Página na Internet: http://www.dpf.gov.br			
Endereço Postal: Rua Enestino Borges, nº 1402, Bairro Jesus de Nazaré, 322, Macapá /AP, CEP 68 900.901			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Criação: Por. 256, de 19/05/65 BS de 24/08/65			
Transformada em Superintendência pelo: Lei 8.715/93 - DOU. 192, de 05/06/72			
Atribuições e competências: Art. 144 da Constituição Federal;			
FUNAPOL: Lei Complementar 89, de 18.02.1997.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Estrutura: Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007, DOU de 16.3.2007.			
Regimento Interno: Portaria MJ nº 3.961, de 24 de novembro de 2009, publicada no D.O.U. nº 225, de 25 de novembro de 2009; Instrução Normativa nº 13/DG-DPF, de 15.06.2005.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
As informações e orientações sobre os serviços oferecidos pela unidade se encontram disponíveis na página www.dpf.gov.br .			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
200134	Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Mato Grosso do Sul		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
200402	Departamento de Polícia Federal (TESOURO)		
200403	Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal (FUNAPOL)		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
200134		200402	
200134		200403	

2. PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

2.1) Responsabilidades institucionais

2.1.1) Competência institucional

O Departamento de Polícia Federal é um órgão do Ministério da Justiça, que tem suas raízes na Intendência Geral da Polícia da Corte do Estado do Brasil de Dom João VI de 1808, a qual foi posteriormente transformada em Departamento Federal de Segurança Pública, Decreto-Lei 6378/44, tomando a sua atual constituição por meio do Decreto-Lei nº 200/1967, e faz parte, portanto, da administração direta do Governo Federal. A Polícia Federal é representada nos Estados por suas Superintendências, que executam suas próprias despesas, como unidades gestoras, como a Superintendência Regional de Polícia Federal no Amapá.

As atribuições da Polícia Federal estão previstas no artigo 144 da Constituição Federal, sendo um dos agentes responsáveis pela segurança pública nacional devendo atuar na preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio público. Mais especificamente a Polícia Federal deve “apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei; prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência; exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; e exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.” (art. 144, Parágrafo §1º, inciso I, Constituição Federal).

Dessa forma, a Polícia Federal apura os crimes contra o meio ambiente, contra a ordem tributária, contra o Sistema Financeiro de Habitação, contra a Previdência Social, contra os serviços postais, contra a organização do trabalho, contra os índios, contra os direitos humanos, os crimes eleitorais, de genocídio, de tráfico ilícito de drogas, dentre outros.

Cabe, ainda, à Polícia Federal as seguintes atribuições: Controle Migratório; Controle de Armas; Controle de Empresas de Segurança Privada; Controle de Precursores Químicos - que possam ser utilizados no preparo de substâncias entorpecentes; Segurança de Dignitários - oficiais e autoridades estrangeiras; Identificação Criminal e Civil; Segurança ao Patrimônio da União coibindo turbção ou esbulho possessório, Serviço de Estatística Criminal, Controle de Conflitos Fundiários, Representação Externa – INTERPOL, e de Proteção à Testemunhas.

Assim, a Superintendência Regional de Polícia Federal no estado do Amapá exerce todas essas atividades, direta ou indiretamente, no âmbito de sua circunscrição.

Ademais, vale dizer, que toda a atuação da instituição se foca no atendimento da MISSÃO da instituição que é “Manter a lei e a ordem para a preservação da segurança pública, no estado democrático de direito, cumprindo as atribuições constitucionais e infraconstitucionais, mediante estratégias, no exercício das funções de polícia administrativa e judiciária.” Isso para atingir a sua VISÃO DE FUTURO que é “Tornar a Polícia Federal uma referência mundial em segurança pública para, no cumprimento de suas atribuições, garantir a manutenção da lei e da ordem interna e externa, em cooperação com os Estados soberanos, como valores fundamentais da dignidade humana.”

2.1.2) Objetivos estratégicos

Considerando que em 2010 tivemos um ano eleitoral, tivemos como objetivo estratégico especial priorizar a área de defesa institucional, combate aos crimes eleitorais e aos desvios de dinheiro público, além do permanente combate ao tráfico de entorpecentes e crimes financeiros, também aos crimes em desfavor a Administração Pública.

Como objetivo estratégico geral enfatizamos o combate ao tráfico de drogas, pedofilia, crimes ao meio ambiente.

2.2) Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais

2.2.1) Análise do andamento do plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida.

Tendo como norte as diretrizes da Direção-Geral, bem com a missão e visão de futuro da instituição a Superintendência do Amapá atuou mais notadamente na repressão ao tráfico de drogas, armas e munições, bem como combateu organização criminosa composta de servidores públicos, agentes políticos e empresários, na prática de crimes de corrupção ativa e passiva, peculato, advocacia administrativa, ocultação de bens e valores, lavagem de dinheiro, fraude em licitações e tráfico de influência.

Cabe salientar, que na questão de combate aos crimes praticados em desfavor a Administração Pública esta Superintendência não mediu esforços que culminou com a prisão do governador em exercício, do ex governador, vários empresários e de também um conselheiro do Tribunal de Contas, foram cumpridos 18 mandados de prisão temporária, 87 mandados de condução coercitiva e 94 mandados de busca e apreensão estatísticas somente da Operação Mãos Limpas.

Foi implementado nesta SR/DPF/AP o programa GESPÚBLICA voltado para orientar os órgãos públicos, baseado na avaliação continuada da gestão. Consiste basicamente em: Auto-Avaliação, Plano de Melhoria e Avaliações Periódicas.

Outro importante avanço na área de polícia judiciária Tendo como norte as diretrizes da Direção-Geral, bem com a missão e visão de futuro da instituição a Superintendência do estado do Amapá atuou mais notadamente na repressão ao tráfico de drogas, armas e munições, bem como no combate ao crime de pedofilia.

Cabe salientar, que na questão repressão ao tráfico de entorpecentes esta regional atingiu marca histórica na apreensão de cocaína.

2.2.2) Análise do plano de ação referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão.

A partir da indicação dos objetivos estratégicos apresentados pela Direção-Geral do DPF esta Regional realizou reuniões com as chefias visando indicar as melhores práticas para alcançar aqueles objetivos. Dentre as alternativas pode-se destacar a melhoria na comunicação entre as chefias e destas com seus subordinados.

Não olvidando a importância desta Regional no combate ao tráfico de drogas, por ser este potencial Estado porta de entrada de entorpecente na fronteira Brasil e Europa, entendeu-se que também seria necessário melhorar a atuação desta Regional no Combate à Corrupção e aos crimes contra o Meio Ambiente. Essas áreas foram reforçadas, tanto com pessoas como com equipamentos, desenvolvendo novas técnicas de investigação. O resultado desse direcionamento foi plenamente positivo, conforme demonstrado no quadro das Operações Policiais desenvolvidas no exercício de 2010.

Tratando-se de área de fronteira, se tornou de suma importância a inserção internacional da Polícia Federal junto aos países limítrofes. No caso desta Regional era imperativa a necessidade de integração entre o Estado Brasileiro e França limítrofes ao Estado do Amapá. Nesse sentido os acordos firmados entre o Brasil e a França, visando cooperação técnica, troca de informações e operativos conjuntos, inclusive com agentes de enlances atuando em ambos os Estados, além da construção da ponte que liga o Brasil a Europa através da Guina Francesa com o Município de Oiapoque.

Outra estratégia implantada e que merece destaque foi a instituição do GRFIN, criando oficialmente o Grupo de Repressão a Crimes Financeiros.

Assim, temos evidente que o plano de ação desta regional é plenamente positivo e eficiente face aos objetivos delineados.

- Para atender aos objetivos pelo Órgão Central foram realizadas ações de valorização capacitação dos servidores das áreas meio e fim, de racionalização dos recursos orçamentários disponíveis e na realização de parceria e integração com outras instituições públicas como: RECEITA FEDERAL, EXERCITO, FUNAI, IBAMA, INSTITUTO CHICO MENDES, Bombeiro do Amapá, VIGILANCIA SANITÁRIA ESTADUAL, CAIXA ECONOMICA FEDERAL, AGU, OAB, TRE, Controladoria Geral da União, Banco Central, Secretaria Estadual de Segurança Publica, Secretaria de Educação do Estado, ANVISA dentre outros.

2.3.1) Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

2.3.1.1) Programa 0087 – Gestão da Política de Previdência Social

Quadro A.2.1.1 - Demonstrativo da Execução do Programa de Governo 0087

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0087		Denominação: Gestão da Política de Previdência Social				
Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais						
Objetivo Geral: Implementar uma política previdenciária justa e sustentável.						
Objetivos Específicos: Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de previdência social.						
Gerente: Carlos Augusto Simões Gonçalves			Responsável: n/d			
Público Alvo: Governo						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação ¹		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
n/a	n/a	7.689,47	7.010,43	679,04	7.010,43	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	n/d	n/a	n/a	n/a	n/a	
Fórmula de Cálculo do Índice						
n/a						
Análise do Resultado Alcançado						
n/a						

Fonte: SIGPLAN

¹ As Superintendências operam apenas na execução orçamentária de ações. Não há dotação específica. Esta informação constará apenas no Relatório de Gestão do DPF – Órgão Central.

Os créditos utilizados neste programa estão relacionados a diárias e passagens descentralizadas, de forma extraordinária, para utilização em viagens vinculadas a cursos e encontros solicitados pela DPREV/CGPFAZ/DIREX.

2.3.1.3) Programa 0662 – Prevenção e Repressão à Criminalidade

No âmbito das ações finalísticas voltadas à redução da criminalidade, mediante a repressão ao tráfico de drogas, de armas e à lavagem de dinheiro, das ações de combate à corrupção e ao crime organizado, entre outras, por parte da Polícia Federal, tem-se o Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade.

Quadro A.2.1 - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0662		Denominação: Prevenção e Repressão à Criminalidade				
Tipo do Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Modernizar, fortalecer e integrar as instituições de Segurança Pública e Justiça						
Objetivos Específicos: Reduzir a criminalidade, intensificando o combate às organizações criminosas e aos crimes sob a competência da União						
Gerente:				Responsável: Departamento de Polícia Federal		
Público Alvo: Sociedade						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
Não se aplica		830.745,15	830.297,25	447,90	830.297,25	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Prazo de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal (dias)	01/12/2006	79,00	70,00	72,00	110
Fórmula de Cálculo do Índice						
Tempo médio gasto entre a abertura e conclusão de inquéritos policiais na Polícia Federal.						
Análise do Resultado Alcançado						
A SR/DPF/AP instaurou 378 em 2010 inquéritos e de uma amostragem de 188 IPL's relatados no período verificou-se o tempo médio de conclusão de 110 dias. É de ressaltar que este tempo médio melhorou em relação ao exercício de 2009. Registra-se que do número de IPL's consultados 75 estiveram dentro do índice previsto para o exercício.						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal (%)	31/12/2006	63,60	80,00	75,00	142,00
Fórmula de Cálculo do Índice						
Relação percentual entre o número de inquéritos policiais concluídos em todas as unidades operacionais do órgão e o total de inquéritos policiais instaurados.						
Análise do Resultado Alcançado						
O índice obtido no período foi melhor que o previsto para o exercício no PPA, tendo sido relatados 319 inquéritos e relatados 475. Essa melhoria foi resultado da alteração metodológica nos procedimentos adotados para condução de IPL's, a especialização das delegacias no âmbito da Unidade, procedimentos e técnicas administrativas mais adequadas, visando à celeridade, objetividade e qualidade das provas nos inquéritos.						

Fonte: SIGPLAN (<http://www.sigplan.gov.br/download/ppa/lei11653anexoatualizado.pdf>), SISCART e CTI

¹ As Superintendências operam apenas na execução orçamentária de ações. Não há dotação específica. Esta informação constará apenas no Relatório de Gestão do DPF – Órgão Central.

² A “Referência” e o “Índice previsto no exercício” informados são os constantes no PPA 2008/2011, estabelecida pelo DPF considerando os números globais da Polícia Federal, não se aplicando a esta SR/DPF/AP.

³ O índice informado se refere apenas ao desempenho desta Superintendência e foi extraído pela CTI/DPF e pela COR/SR/DPF/AP.

Os créditos orçamentários utilizados no programa 0662 – Prevenção e Repressão à Criminalidade tem a finalidade de atender as ações de caráter sigiloso na área de segurança pública, prevenção e repressão a crimes contra bens e serviços de interesse da união e fiscalização e controle de empresas produtoras e que transportam e comercializa precursores químicos.

2.3.1.3.1) Ação 2679 – Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precursores Químicos

O valor executado nesta ação foi de R\$ 15.022,34 e relaciona-se a pagamento de diária para servidores da DCOR, nas ações voltadas ao combate ao tráfico de drogas.

Ano	2006	2007	2008	2009	2010	Total
Cocaína apreendida (kg)	22,37	29,57	275,72	13,65	57,39	398,7

Foi realizado, também, o trabalho administrativo de atendimento a empresas que buscam seu credenciamento junto ao DPF para a comercialização e uso dos produtos químicos controlados por este órgão. As empresas sujeitas a controle de produtos químicos apresentaram a seguinte estatística:

- 1) Total de empresas cadastradas..... 23
- 2) Empresas que renovaram a licença..... 16
- 3) Empresas com cadastro inicial em 2010... 07

Fonte: Arquivo físico DRE/SR/DPF/AP

2.3.1.3.2) Ação 2720 – Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública

O valor executado nesta ação foi de R\$ 193.293,09. No Amapá, na execução de despesas referentes às ações de caráter sigiloso o controle é efetuado basicamente pelo Núcleo de Inteligência Policial (NIP) e predomina a utilização de Suprimento de Fundos, principalmente, em razão desta forma excepcional de execução da despesa que permite a manutenção do sigilo na consecução das ações de inteligência das respectivas operações policiais aprovadas e no pagamento de despesas diversas que exigem sua pronta quitação e não podem esperar o procedimento ordinário de execução, conforme previsão legal. Várias operações policiais fazem uso de recursos oriundos do Plano de Ação de Caráter Sigiloso.

Nesse sentido, durante o ano de 2010 foram realizadas diversas operações nos âmbitos de atuação do Departamento de Polícia Federal e suas diversas competências no campo de polícia repressiva e judiciária.

Cabe ressaltar que a utilização do suprimento sigiloso subsidia as ações de repressão ao tráfico de entorpecente, armas e combate à lavagem de dinheiro (no âmbito das Delegacias vinculadas à DRCOR), combate ao contrabando e ações deletérias ao meio ambiente (no âmbito das Delegacias vinculadas à DREX). No ano de 2010, ocorreu também o fornecimento de suprimento de caráter sigiloso em apoio à denominada **OPERAÇÃO MÃOS LIMPAS**, ocorrida neste Estado, que tinha como prender uma organização criminosa composta por servidores públicos, agentes políticos e empresários, que praticava desvio de recursos públicos do Estado do Amapá e da União.

2.3.1.3.3) Ação 2726 – Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União

O valor executado nesta ação foi de R\$830.745,15, sendo operacionalizada pelas delegacias DRCOR e DREX, com apoio técnico do SETEC e do Núcleo de Identificação (NID).

No âmbito da DRCOR, cabe relatar:

- o contingenciamento dos recursos financeiros e orçamentários para o custeio de diárias dos servidores dificultou as ações policiais e algumas, inevitavelmente, restaram-se prejudicadas.
- A DELEARM foi estruturada visando atender a nova legislação de regularização e controle de armas – assim no ano de 2010 houve a transferência do SINARM para o SUPERFACIL, para melhorar o atendimento, e também houve a reorganização da sala de armas da SR/DPF/AP.
- No ano de 2010 o SINARM destacou-se por cumprir as metas propostas pela DARM, especialmente pelo cumprimento do termo de compromisso firmado pelo DPF com o Governo do Estado do Amapá pressionando ao a transferência do o atendimento ao público DO SINARM para o Super Fácil.
- Operações realizadas pela DELEARM
“**CLAVINA**”, que reprimiu o comércio e o conserto clandestino de armas de fogo no Município de Santana/AP.

“**GATILHO**”, que resultou na prisão de uma quadrilha de assaltantes (quatro componentes) com extensa ficha criminal pela prática de 157 CPB

“**ALÇA DE MIRA**”, após 04 (quatro) meses de investigação, desmantelando Organização Criminosa especializada em assaltos e aluguel de armas de fogo para a prática de crimes.

“**USO RESTRITO**”, com o objetivo de combater o tráfico de armas em Macapá e Santana.

- DELEPAT atuou em 06 locais de crimes e realizou duas operações.

Operação Precatório I e II com objetivo de combate a fraude no saque de precatório na Caixa Econômica Federal.

- **DRE**

Resultados

- **Operação Sentinela** – Coordenada pela DCOR/DPF, de âmbito nacional, empregando parte do efetivo desta Regional, interna e externamente, contando ainda com o apoio da Força Nacional de Segurança Pública, intensificou o combate ao Crime Organizado no Estado do Amapá.
- Resultados

IPL INSTAURADOS		IPL EM ANDAMENTO		IPL RELATADOS	
TÍPICOS	ATÍPICOS	TÍPICOS	ATÍPICOS	TÍPICOS	ATÍPICOS
09	18	03	11	06	31

- **A) Entorpecentes – apreensões:**

- 1) Cocaína – 55,5 kg
- 2) 16 prisões
- 3) 09 flagrantes
- 4) 37 inquéritos relatados
- 5) 14 inquéritos em andamento
- 6) 27 inquéritos instaurados

- **B) Lavagem de dinheiro**

- 1) 42 inquéritos instaurados
- 2) 61 Indiciamento

- **C) Crimes contra o patrimônio:**

- 1) 29 inquéritos instaurados.
- 2) 26 em andamento
- 3) 49 relatados

- **D) Armas e munições**

- 1) 29 inquéritos instaurados
- 2) 28 Inquerito relatado
- 3) Peças produzidas: 948
- 4) Apreensão de R\$ 44.880,00 e 11.300,00 euros
- 5) Registro de armas novas: 52
- 6) Cadastramento de armas: 3485
- 7) Transferências de Armas: 159
- 8) Registro emitidos: 4097

Já no âmbito da Delegacia Regional Executiva – DREX, é oportuno pontuar:

- Tal qual observado na Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado - DRCOR, o contingenciamento de recursos determinado pelo Governo Federal também atingiu DREX-SR/DPF/AP, limitando especialmente a realização de missões que demandavam gastos extraordinários e/ou viagens ao interior do estado e fora dele. A redução de recursos atingiu também as ações de polícia administrativa deflagradas por Delegacias vinculadas DREX, reduzindo, sobretudo, o número de fiscalizações a bancos e empresas de segurança instaladas em zonas distantes daquelas onde estão estabelecidas as respectivas Delegacias. Contudo os impactos foram minimizados tanto na atuação de polícia judiciária quanto na de polícia administrativa mediante a reorganização operacional daquelas missões, ora abreviando-se o tempo de duração daquelas missões, ora priorizando a adoção de ações de maior impacto na criminalidade, ou daquelas cujo adiamento poderiam comprometer a eficiência e eficácia do trabalho policial. Dessa forma, foi possível alcançar resultados satisfatórios tanto nos procedimentos fiscalizatórios quanto no combate a crimes federais.
- Visando otimizar a utilização do baixo efetivo, tanto policial quanto administrativo, foram realizadas novos remanejamentos de pessoal em todas as Delegacias e Núcleos subordinados a DREX, sempre visando as ações prioritárias antes mencionadas.
- Foram realizadas diversas reuniões com representantes do Poder Judiciário e do Ministério Público (Federal e Estadual) visando aperfeiçoar as ações comuns àquelas instituições.
- Buscando promover uma visão multifacetada da Segurança Pública bem como incrementar o inter-relacionamento institucional e a redução de entraves no combate à criminalidade, foram realizadas gestões junto aos órgãos e agências federais, em especial a ANATEL, PRF, CEF, INCRA, IBAMA, INSTITUTO CHICO BENTO, FUNAI, AGU, OAB, TRE, Receita Federal, Controladoria Geral da União, Banco Central, Secretaria Estadual de Segurança Pública, Secretaria de Educação do Estado, ANVISA, Vigilância Sanitária Municipal dentre outros.
- Foram promovidas reuniões constantes com o efetivo, aumentando a reprodução das idéias e rumos traçados pela Administração, bem como a adesão aos projetos por ela implementados. Aumentou-se ainda o “feed-back” dos servidores, possibilitando a redução da insatisfação funcional, tanto pessoal quanto coletiva.
- Promoveu-se a reorganização do “layout” de Delegacias e Núcleos voltados ao atendimento ao público (DELEMIG, DELESP, DELEARM e Protocolo), facilitando o acesso da população aos serviços oferecidos pelo DPF e aumentando-se o controle do acesso de pessoas e funcionários às áreas sensíveis desta unidade, com reflexos na segurança orgânica da instituição.
- A DELINST promoveu diversas ações no interior do Estado em aldeamentos indígenas visando coibir delitos contras as comunidades indígenas em conjunto com a FUNAI, também promoveu palestras em Universidades sobre o tema Trafico Internacional de Pessoas, com o escopo de conscientizar a comunidade local.
- Em atendimento às metas do órgão central, empenhou-se esforço de todo o efetivo na redução do número de inquéritos policiais em todas as delegacias afetas à DREX.
- Promoveu-se a ampliação e adequação do espaço físico da DELMIG, conforme metas estabelecidas nos anos anteriores.
- Conquanto trate-se de missão sazonal e de caráter extraordinário, devemos ainda neste relatório destacar o auxílio prestado ao TRE na segurança ao pleito eleitoral de 2010 - com deslocamento de grande efetivo policial, todo ele recrutado dentro do próprio Estado.

- Os resultados alcançados pelas diversas delegacias e setores vinculados à DREX estão apresentados no Anexo V.

O Setor Técnico Científico (SETEC), responsável pelas perícias criminais, apresentou os seguintes resultados relacionados à produção e à redução das pendências mais antigas na elaboração de Laudos (quanto menor os resultados melhor), metas estas estipuladas pela INC/DITEC:

Figura 1 – Mostra os 320 laudos produzidos de 01/01 a 31/12/2010, distribuídos por áreas de exame.

Área de Exame	Total
Perícias de Audiovisual e Eletroeletrônicos	10
Perícias de Balística Forense	27
Perícias de Engenharia	4
Perícias de Informática	106
Perícias de Laboratório	43
Perícias de Local de Crime	22
Perícias de Meio Ambiente	30
Perícias de Veículos	5
Perícias Documentoscópicas	92
Perícias Merceológicas	6
Perícias Papiloscópicas	3
TOTAL GERAL	348

Tabela 2 - Relatório de produção de outros documentos técnicos em 2010.

Tipos	Total
Informação Técnica	24
Relatório Técnico	3
TOTAL GERAL	23

Área de Exame	Pendências Anteriores	Solicitações no período	Pendências Atuais
Perícias Contábeis e Econômicas	0	6	0
Perícias de Audiovisual e Eletroeletrônicos	2	4	1
Perícias de Balística Forense	0	27	2
Perícias de Engenharia	2	7	3
Perícias de Informática	4	49	1
Perícias de Laboratório	5	32	0
Perícias de Local de Crime	0	21	0
Perícias de Meio Ambiente	11	22	2
Perícias de Veículos	0	7	1
Perícias Documentoscópicas	9	91	4
Perícias Merceológicas	1	7	0
Perícias Papiloscópicas	3	5	0
Indefinida	0	14	0
TOTAL	37	292	14

Já o NID, que não consta formalmente na estrutura desta SR, realizou as seguintes atividades:

		Total
1.	COMPARECIMENTO A LOCAL DE CRIME	18
2.	PERÍCIA PAPIOSCÓPICA EM DOCUMENTOS	3
3.	PERÍCIA PAPIOSCÓPICA EM MATERIAL	0
4.	PERÍCIA PAPIOSCÓPICA EM VEÍCULO	1
5.	PERÍCIA PAPIOSCÓPICA EM LOCAL DE CRIME	15
6.	CONFEÇÃO DE LAUDO	3
7.	CONFEÇÃO DE INFORMAÇÃO TÉCNICA	8
8.	CONFEÇÃO DE RFH (Retrato Falado)	7

Não há metas estabelecidas para esse setor especificamente. Metas estabelecidas para o SETEC incluem o NID/AP.

2.3.1.3.4) Ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Nome do curso	PARTICIPANTES
IV CURSO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA, CONTÁBIL E ORÇAMENTÁRIA DE FORMA INTEGRADA À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	02
CURSO PARA FISCAL DE CONTRATOS	02
SEMANA ORÇAMENTÁRIA	04
CURSO DE SIAFI	01

Cursos de Reciclagem

Objeto	Início	Local
I Curso de operações de inteligência policial	07 a 18/06/2011	BRASILIA
Seminário Nacional sobre Repressão ao Crime Organizado	07 a 11/09/2010	BRASILIA

Cursos EAD-SENASP/ANP

	CICLO	Nº PARTICIPANTES
	Combate a lavagem de dinheiro	02
	Sistema de Segurança Pública	02
	PAPIOSCOPIA 1	02
	INVESTIGAÇÃO CRIMINAL	04
	TOPICOS EM PSICOLOGIA RELACIONADOS À SEGURANÇA PÚBLICA	01
	ESPANHOL 1	06

ENFRENTAMENTO DA EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	02
FORMAÇÃO DE CONDUTORES DA POLICIA FEDERAL	01
ELABORAÇÃO DE MATERIAIS PARA EDUCAÇÃO A DISTANCIA	02
DIREITOS HUMANOS	01
TRÁFICOS DE SERES HUMAMOS	02
CARTÊIS	02
LICITAÇÕES E CONTRATOS	02
ASPECTOS JURÍDICOS DA ABORDAGEM POLICIAL	01
ANÁLISE CRIMINAL	01
CONVÊNIOS	01
TECNICAS E TECNOLOGIAS NÃO LETAIS DE ATUAÇÃO POLICIAL	01
CRIMES AMBIENTAIS	07
BUSCA E APREENSÃO	03
IDENTIFICAÇÃO VEICULAR 1	03
GESTÃO E PROJETO	01
INTEGRAÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMAMOS APLICADAS A ATUAÇÃO POLICIAL	01
FILOSOFIA DOS DIREITOS HUMAMOS APLICADA A ATUAÇÃO POLICIAL	01
TOTAL	268

No ano de 2010 houve uma baixa acentuada na ação de capacitação do servidor publico se levarmos em consideração os anos de 2008 e 2009 principalmente os servidores da área meio lotados nesta Superintendência.

2.3.1.4) Programa 0750 – Apoio Administrativo

Quadro A.2.1.4 - Demonstrativo da Execução do Programa de Governo 0750

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0750		Denominação: Apoio Administrativo				
Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais						
Objetivo Geral: não possui						
Objetivos Específicos: Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos						
Gerente: não possui				Responsável: n/d		
Público Alvo: Governo						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$
Gestão	Dotação ¹		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
	Inicial	Final				
2000	n/a	n/a	3.157.336,82	2.958.958,29	198.595,53	2.955.114,85
200355	n/a	n/a			0,00	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Não possui	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Fórmula de Cálculo do Índice						
n/a						
Análise do Resultado Alcançado						
n/a						

Fonte: SIGPLAN

¹ As Superintendências operam apenas na execução orçamentária de ações. Não há dotação específica. Esta informação constará apenas no Relatório de Gestão do DPF – Órgão Central.

O Programa 0750 – Apoio Administrativo é um programa padronizado referente ao custeio da máquina estatal. Tem por objetivo intensificar as ações de apoio administrativo com a finalidade de proporcionar apoio adequado aos trabalhos da atividade operacional da Polícia Federal. Consiste no aprimoramento da gestão, visando alcançar maior eficiência e eficácia no cumprimento das missões constitucionais do Departamento de Polícia Federal. A única ação desenvolvida por esta Superintendência Regional dentro do programa em tela é a Ação 2000 – Administração da Unidade, a qual engloba a maior parte dos gastos desta Regional.

No que se refere às dotações orçamentárias destinadas a esta UG verifica-se que estas são insuficientes tendo em vista as atividades que a Polícia Federal tem que desenvolver. Este fato termina impactando de forma negativa as atividades operacionais.

2.3.1.5) Programa 1353 – Modernização da Polícia Federal

Quadro A.2.1.5 - Demonstrativo da Execução do Programa de Governo 1353

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 1353		Denominação: Modernização da Polícia Federal				
Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais						
Objetivo Geral: Fortalecer e integrar as instituições de segurança pública e justiça.						
Objetivos Específicos: Aprimorar a estrutura e os modelos operacional e gerencial, bem como a capacidade executiva do policiamento federal.						
Gerente: Rogério Augusto Viana Galloro			Responsável: n/d			
Público Alvo: Departamento de Polícia Federal						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação ¹		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
n/a	n/a	1.579.214,39	331.827,25	1.237.387,05	331.827,34	
		134.467,30	134.467,30	0	134.467,30	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Não possui	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Fórmula de Cálculo do Índice						
n/a						
Análise do Resultado Alcançado						
n/a						

Fonte: SIGPLAN

¹ As Superintendências operam apenas na execução orçamentária de ações. Não há dotação específica. Esta informação constará apenas no Relatório de Gestão do DPF – Órgão Central.

A SR/DPF/AP executou no Programa 1353, a Ação 8980 de ampliação das instalações, que iniciou em 2007 com os estudos de viabilidade; em 2008 licitou-se o projeto básico; em 2009 licitou-se a execução da obra, que teve como vencedora a empresa SETEC SERVIÇOS LTDA; durante o exercício de 2010 foi executada parte da obra, com previsão de conclusão no segundo semestre de 2011.

Neste programa também está sendo executada a construção da nova sede da Superintendência Regional de Polícia Federal no Amapá, com a realização das seguintes etapas: em 2007 o início dos trâmites administrativos; em 2008 foi realizada a licitação do projeto básico executivo; Em 2010 foi realizada a licitação da obra, sendo vencedora do certame a empresa CR ALMEIDA, porém, em razão do contingenciamento de despesa ocorrido no segundo semestre de 2010, não foi possível a assinatura do contrato.

A SR também executou recursos na Ação 8979 (**Reforma e Modernização das Unidades do Departamento de Polícia Federal**) e se refere à reforma das casas Funcionais da DPF/OPE-contrato nº 019/2009-SR/DPF/AP, com início de vigência em 11/12/2009 e encerramento em 25/05/2010, firmado com a empresa BERNACON.

Neste Programa também foi realizado no ano de 2010 a reforma das casas funcionais de Macapá Contrato nº 020/2009-SR/DPF/AP, com início de vigência em 15/12/2009 e encerramento em 27/06/2010, firmado com a empresa ART ESTRUTURAL Construções.

No exercício de 2010, a reforma das casas funcionais sob a responsabilidade da SR/DPF/AP, localizadas nos Municípios Macapá e de Oiapoque/AP, foram ações prioritária desta unidade devido ao estado deprecatório em que se encontravam referidos patrimônios.

2.3.2) Execução física das ações realizadas pela UJ

Execução física das ações realizadas pela UJ

Quadro A.2.2 - Execução Física das ações realizadas pela UJ

UG	Função	Sub-função	Programa	Ação	Tipo da Ação ¹	Prioridade ²	Unidade de Medida	Meta ³ prevista	Meta ³ realizada	Meta ³ a ser realizada em 2011
200402	09	271	0087	8452	A	n/d	Unidade	n/a	n/a	n/a
					A	n/d		n/a	n/a	n/a
	09	122	0750	2000			Unidade			
200403	06	183	0662	2720	A	nd	Unidade	n/a	n/a	n/a
	06	181	0662	2726	A	n/d	Unidade	n/a	n/a	n/a
	06	122	0750	2000	A	n/d	Unidade	n/a	n/a	n/a
	06	181	1353	8979	A	n/d	Unidade	n/a	n/a	n/a
	06	181	1353	8980	A	n/d	Unidade	n/a	n/a	n/a

Fonte:SIGPLAN

¹ Tipo da Ação: P – Projeto; A – Atividade e OP – Operação Especial

² Prioridade: 1 – Ação do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) exceto PPI, 2 – Ação do PPI (Projeto Piloto de Investimento, 3 – Demais ações prioritárias, 4 – Ação não prioritária;

³ A UJ opera apenas como executora das ações. As metas físicas e financeiras estabelecidas na LOA e constante no SIGPLAN se referem a todo DPF

Tendo em vista que a SR/DPF/AP atua apenas como executora dos programas e respectivas ações, que as metas físicas e financeiras estabelecidas na LOA e SIGPLAN se referem a todo o DPF e que não houve por parte da Sede a regionalização das referidas metas.

2.4) Desempenho Orçamentário/Financeiro

2.4.1) Programação orçamentária da despesa

Quadro A.2.3 - Identificação das Unidades Orçamentárias

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Departamento de Polícia Federal	30108	200402
Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal - FUNAPOL	30909	200403

2.4.1.1) Programação de Despesas Correntes

Não se aplica à unidade jurisdicionada.

2.4.1.2) Programação de Despesas de Capital

Não se aplica à unidade jurisdicionada.

2.4.1.3) Quadro Resumo da Programação de Despesas

Não se aplica à unidade jurisdicionada.

2.4.1.4) Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Quadro A.2.7 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa Valores em R\$
1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes				
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes		
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-		
	Recebidos	200402	2000		-	2.951.855,30		
			8452		-	728,01		
			2000		-	8.541,89		
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes				
Movimentação Interna	Recebidos	200403	2000	-	-	900,00		
			2679	-	-	15.022,34		
			2720	-	-	193.297,25		
			2726	-	-	830.297,25		
			8979	-	-	134.467,30		
			8980			331.827,34		
Movimentação Externa	Concedidos	-		-	-			
	Recebidos	-	-	-	-	-		
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital				
Movimentação Interna	Recebidos	200402	2000	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida		
				15.801,44	-	-		
				200403	8979	131.467,30	-	-
					8980	331.827,34	-	-
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-		
	Recebidos	-	-	-	-	-		

Fonte: SIAFI Gerencial

A SR/DPF/AP somente recebe seus recursos mediante movimentação, originados da Sede em Brasília/DF, e não realiza movimentação de crédito externa, tendo em vista a natureza de seu trabalho. No que se refere à movimentação de crédito interna a UJ é apenas recebedora sendo que para a rubrica investimentos foi recebido R\$ 479.096,08. Deste montante, R\$ 131.467,30 foram para a reforma das residências funcionais, R\$ 331.827,34 para a construção do anexo e R\$ 15.022,34 para fiscalização e controle de empresas de produção, transporte e comércio de precursores químicos.

No que se refere às despesas correntes estas totalizaram R\$1.505.811,48 no exercício de 2010. Este montante é suficiente apenas para atender o pagamento de diárias e dos contratos já assinados com seus fornecedores, sem ampliação, não atendendo assim a demanda existente tanto de novos contratos como de aditivos para os já existentes.

2.4.2) Execução Orçamentária da Despesa

2.4.2.1) Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ

Não se aplica à unidade jurisdicionada.

2.4.2.2) Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

2.4.2.2.1) Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro A.2.11.1 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação – UG 200402 Valores em R\$
1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
Licitação	-	-	-	-
Convite	-	-	-	-
Tomada de Preços	-	-	-	-
Concorrência				
Pregão	2.131.257,02	2.163.696,70	2.131.257,02	2.000.785,99
Concurso		-		-
Consulta		-		-
Contratações Diretas				
Dispensa	378.449,23	255.995,23	378.449,23	222.578,41
Inexigibilidade	54.109,93	47.816,80	54.109,23	43.758,36
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	-	-	-	-
Pagamento de Pessoal	-	-	-	-
Pagamento em Folha ¹	n/a	n/a	n/a	n/a
Diárias	138.324,17	171.397,22	138.324,17	171.397,22
Outras	362.041,59	690.556,10	362.041,59	688.720,10

Fonte: SIAFI Gerencial

¹ O pagamento da folha é realizado pelo Órgão Central - . Os valores referentes à folha de pagamento desta Superintendência constarão no Relatório de Gestão do DPF.

Quadro A.2.11.2 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação – UG 200403 Valores em R\$
1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
Licitação	-	-	-	-
Convite	-	-	-	-
Tomada de Preços		134.467,30		134.467,30
Concorrência	258.281,73	1.579.214,36		331.827,34
Pregão		-	-	-

Concurso		-	-	-
Consulta		-	-	-
Contratações Diretas				
Dispensa	1.540,00	-	-	-
Inexigibilidade		-	-	-
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	143.687,05	186.571,23	143.687,05	186.571,23
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha				
Diárias	825.482,06	852.722,7	825.482,06	852.722,70
Outras				

Fonte: SIAFI Gerencial

¹ O pagamento da folha é realizado pelo Órgão Central - Os valores referentes à folha de pagamento desta Superintendência constarão no Relatório de Gestão do DPF.

Observa-se um incremento nos recursos utilizados em diárias, ocasionado em parte, pelo aumento do seu valor.

Já o incremento apresentado no item “Outras” refere-se, basicamente, às diversas remoções com ajuda de custo concedidas aos servidores participantes do concurso de remoção ocorrido em meados de 2010.

2.4.2.2.2) Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

2.4.2) Execução Orçamentária da Despesa

Quadro A.2.12.1 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação – UG 200402

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-
08 - Outros benefícios assistenciais	7.395,48		7.395,48				7.395,48	
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
3- Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-
39 – Outros sv de terceir. PJ	694.004,14	615.180,90	139.560,11	615.180,06				
30 – Mat. consumo	352.880,73	476.295,56	352.880,78	476.295,56				
37 – Locação de mão de Obra	905.370,78	1.065.216,22	905.370,78	1.065.216,22				
Demais elementos do grupo								

Fonte: SIAFI Gerencial

Quadro A.2.12.2 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação – UG 200403

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
3 - Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-
14 – Diárias pessoal Civil	825.482,06	852.722,70	825.482,06	852.722,70				
36 – Outros sv de terceir. PF	72.208,00		72.208,00					
39 – Outros sv de terceir. PJ	25.883,70	25.478,63	25.883,70	25.478,63				
Demais elementos do grupo								

Fonte: SIAFI Gerencial

2.4.2.2.3) Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro A.2.13.1 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação - 200402 Valores em R\$
1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 - Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-
52 – Eq. Mat. Permanente	19207,96	15801,44	19207,96	15801,44				
5 - Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
6 - Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Quadro A.2.13.2 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação - 200403 Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 - Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-
51 – Obras e instalações	644.031,91		644.403,91					
52 – Eq. Mat. Permanente	9021,60		9021,60					
5 - Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
6 - Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-

2.4.3) Indicadores Institucionais

Diante da grande dificuldade de se estabelecer indicadores de desempenho na instituição, tendo em vista as infinidades de atribuições e de processos, bem como, a necessidade de se padronizar tais indicadores em todas as unidades da Polícia Federal, esta Regional não possui tais elementos institucionalizados.

Para resolver os problemas acima expostos, a Direção Geral contratou a Fundação Getúlio Vargas – FGV – para mapear os processos da instituição e estabelecer indicadores de desempenho para todo do departamento, visando a elaboração de uma instrução normativa para definir os métodos e os responsáveis para gerenciar cada indicador.

Como não foram apresentados tais indicadores foi questionada a Sede em Brasília, por meio de contato com o Escritório de Planejamento Estratégico, o qual remeteu a seguinte informação:

“[...] o contrato com a FGV foi interrompido e não chegou a gerar resultados práticos. Em relação a novas iniciativas o CIGE (Centro Integrado de Gestão Estratégica) tem estudado sobre indicadores e neste momento estão sendo propostos, com a participação de representantes de todas as Diretorias, indicadores de desempenho e metas para 4 Objetivos do Mapa Estratégico do Ministério da Justiça que ficaram sob responsabilidade da Polícia Federal. Em seguida a este trabalho o CIGE, com a participação dos representantes das Diretorias, irá iniciar o trabalho para propor indicadores e metas para o Mapa Estratégico da Polícia Federal (vide <http://intranet.dpf.gov.br/cige/servicos/escritorio-de-planejamento-estrategico-epes/MapaEstrategicoPF.pdf>) de forma alinhada com o proposto para o MJ, sendo um passo posterior o desmembramento do nosso Plano estratégico (vide página do CIGE na intranet

<http://intranet.dpf.gov.br/cige>) para os Planos Táticos e Planos Operacionais e que com certeza atingirá toda a Polícia Federal.

Temos ainda em relação aos indicadores o trabalho de revisão dos indicadores e metas para os Planos e Ações que serão propostos no PPA 2012-2015 que está sendo feito por um Grupo de Trabalho[...]"

3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

3.1) Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Não existem dados a serem apresentados.

3.2) Análise Crítica

Nada a ser analisado.

4. SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

4.1) Pagamentos e cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro A.4.1.1 – Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores –
UG - 200402

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	37.562,76		385,35	37.177,41
2008	-	-	-	-
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	295.725,13	195.373,56	78.058,72	22.292,85
2008	75.434,81	75.434,81	-	-

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Quadro A.4.1.2 – Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores -
UG - 200403

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009				
2008	147.884,98		147.884,98	
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	683.169,97		653.250,34	29.919,63
2008	61.720,76		61.720,76	

Fonte: SIAFI GERENCIAL

4.2 Análise Crítica

O saldo remanescente em 31/12/2010 na UG 200402 – Tesouro, no que se refere aos restos a pagar não processados, é resultante de materiais que deixaram de ser entregues por fornecedores dentro dos prazos estabelecidos nos procedimentos de aquisição e que, em alguns casos a aquisição foi cancelada e, em outros, o fornecedor solicitou prorrogação do prazo de entrega.

O saldo remanescente em 31/12/2010 na UG 200402 – Tesouro, no que se refere aos restos a pagar processados, é resultante dos serviços prestados nos contratos continuados que se iniciaram em um exercício e terminaram no outro.

Quanto à variação percentual entre o exercício de 2008 e de 2009 no que se refere aos restos a pagar não processados na UG 200403 – FUNAPOL, estes foram resultantes da assinatura do contrato de construção da obra do anexo da SR/DPF/AP, que foi assinado no final do exercício de 2009 e não foi concluído no exercício de 2010.

5. RECURSOS HUMANOS

5.1) Composição do Quadro de Servidores Ativos

Quadro A.5.1 - Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo				
1.1 Membros de poder e agentes políticos				
1.2 Servidores de Carreira				
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	159	159	39	39
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	-	-	-	-
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
1.3 Servidores com Contratos Temporários				
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença				
1.4.1 Cedidos	-	-	-	-
1.4.2 Removidos	-	-	01	38
1.4.3 Licença remunerada	-	-	-	-
1.4.4 Licença não remunerada	-	-	-	-
2 Provimento de cargo em comissão				
2.1 Cargos Natureza Especial				
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior				
2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	04	04	-	-
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
2.2.4 Sem vínculo	-	-	-	-
2.2.5 Aposentado	-	-	-	-
2.3 Funções gratificadas				
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	21	21	-	-
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
3 Total				

Fonte: SIAPE e QCP.

Quadro A.5.2 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1. Provimento de cargo efetivo					
1.1. Membros de poder e agentes políticos	--	--	--	--	-
1.2. Servidores de Carreira	08	77	30	21	01
1.3. Servidores com Contratos Temporários	--	--	--	--	--
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	--	--	--	--	--
2. Provimento de cargo em comissão					

2.1. Cargos de Natureza Especial	--	--	--	--	--
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	--	01	02	01	--
2.3. Funções gratificadas	03	08	03	03	01

Fonte: SIAPE E ARQUIVOS SERVIDORES

Quadro A.5.3 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo									
1.1. Membros de poder e agentes políticos	--	--	--	--	--	--	--	--	--
1.2. Servidores de Carreira	--	01	03	02	26	135	--	--	--
1.3. Servidores com Contratos Temporários	--	--	--	--	--	--	--	--	--
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	--	--	--	--	--	--	--	--	--
2. Provimento de cargo em comissão									
2.1. Cargos de Natureza Especial	--	--	--	--	--	--	--	--	--
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	--	--	--	--	--	04	--	--	--
2.3. Funções gratificadas	--	--	--	--	06	15	--	--	--

LEGENDA
Nível de Escolaridade
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

Fonte: SIAPE E ARQUIVO SERVIDORES

5.2) Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

Quadro A.5.4 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31/12/2010

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantitativo de Servidores	Aposentadorias em 2010
1 Integral		
1.1 Voluntária	06	--
1.2 Compulsório	01	--
1.3 Invalidez Permanente	01	--
1.4 Outras	--	--
2 Proporcional		
2.1 Voluntária	01	01
2.2 Compulsório	01	--
2.3 Invalidez Permanente	--	--
2.4 Outras	--	--

Fonte: SIAPE

Quadro A.5.5 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12/2010

Regime de proventos originário do servidor	Quantitativo de Beneficiários	Pensões concedidas em 2010
1. Integral	--	--
2. Proporcional	--	--

Fonte: SIAPE

5.3) Composição do Quadro de Estagiários

Quadro A.5.6 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Nível superior					
<input type="checkbox"/> Área Fim					
<input type="checkbox"/> Área Meio	04	06	06	06	30.155,62
Nível Médio					
<input type="checkbox"/> Área Fim					
<input type="checkbox"/> Área Meio	09	11	11	11	44.943,22

5.4) Quadro de custos de Recursos Humanos

Quadro A.5.7 - Quadro de custos de recursos humanos nos exercícios de 2008, 2009 e 2010. Valores em R\$ 1,00

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	
Membros de poder e agentes políticos								
2008	12.103.157,14	109.306,73	1.028.348,79	465.993,45	28.162,82	59.960,82	285.875,50	14.080.805,25
2009	14.655.701,95	132.607,86	1.265.023,38	631.469,51	3.386,94	74.610,34	314.515,90	17.077.315,88
2010	17.131.804,50	150.409,18	1.494.203,75	707.973,04	1.743,63	159.382,90	690.338,67	20.335.855,67
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2008								
2009								
2010								
Servidores com Contratos Temporários								
2008								
2009								
2010								
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença								
2008								
2009								
2010								
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial								
2008								

2009								
2010								
Servidores ocupantes de Direção e Assessoramento Superior								
2008	53.562,67							53.562,67
2009	64.738,90							64.738,90
2010	74.802,24							74.802,24
Servidores ocupantes de Funções gratificadas								
2008	39.852,86							39.852,86
2009	56.530,83							56.530,83
2010	66.223,01							66.223,01

Fonte: SIAPE

5.5) Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Quadro A.5.8 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: SR/DPF/AP													
UG/Gestão: 200134/200402						CNPJ: 00.394494/0010-27							
Informações sobre os contratos													
Nat.	Área		Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2007	L	O	016/2007	23066228/00001-80	01/07/07	31/12/10		11					A
2010	V	O	01/2010	17428731/0001-35	01/02/10	31/12/10				13			A
Observação: Quanto às medidas adotadas pela UJ para dar cumprimento ao Acórdão TCU n.º 1.520/2006-P, a UJ não tem autonomia para a substituição de terceirizados por servidores, esta providência cabe à Sede do DPF, que controla o quadro geral de contratados.													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte: Dados fornecidos pela Gestora de Contratos – Ana Claudia Pinto Rodrigues, Mat 14.046,

Quadro A.5.9 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante												
Nome: SR/DPF/AP												
UG/Gestão: 200134/200402						CNPJ: 00.394494/0010-27						
Informações sobre os contratos												
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das	Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
						F		M		S		

					atividades contratadas		P	C	P	C	P	C	
					Início	Fim							
2009	1	O	05/2009	03.940.282/000 1-40	01/03/ 09	31/12/ 10				3			P
2009	1	O	01/2009	00.482.840/000 1-38	20/03/ 07	31/12/ 10	1			1			P
2008	1	O	01/2008	08.573.956/000 1-94	03/03/ 2009	02/03/ 10				3			P
2008	1	O	10/2008	03.514.206/000 1-28	20/11/ 08	31/12/ 10				8			P
2010	7	O	01/2010	415.334.962-34	11/01/ 10	31/12/ 10		3					E

Observação: Quanto às medidas adotadas pela UJ para dar cumprimento ao Acórdão TCU n.º 1.520/2006-P, a UJ não tem autonomia para a substituição de terceirizados por servidores, esta providência cabe à Sede do DPF, que controla o quadro geral de contratados.

LEGENDA

Área:

1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis
3. Serviços de Copa e Cozinha;
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;
5. Serviços de Brigada de Incêndio;
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;
7. Outras.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Dados fornecidos pela Gestora de Contratos – Ana Claudia Pinto Rodrigues, Mat 14.046

Quadro A.5.10 - Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
16/2007	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	11	SR/DP/AP e DPF/OPE
01/2010	VIGILANCIA ARMADA	13	SR/DP/AP e DPF/OPE
05/2009	RECEPCIONISTA DA DELEMIG	03	SR/DP/AP e DPF/OPE
01/2009	APOIO A ÁREA DE INFORMATICA	02	SR/DP/AP
10/2008	DIGITADORES	03	SR/DP/AP e DPF/OPE
01/2008	RECEPCIONISTA E COPEIRA	08	SR/DP/AP e DPF/OPE
05/2010	PRATICAGEM FLUVIAL	01	DPF/OPE

LEGENDA

Área:

1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;
3. Serviços de Copa e Cozinha;
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;

5. Serviços de Brigada de Incêndio;
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;
7. Higiene e Limpeza;
8. Vigilância Ostensiva;
9. Outras.

Fonte: Dados fornecidos pela Gestora de Contratos – Ana Claudia Pinto Rodrigues, Mat 14.046

O quantitativo de terceirizados em 2008, 2009 e 2010, aumentou consideravelmente principalmente nas atividades de recepção e atendimento ao público, uma das justificativas

para esse aumento se deve a carência de servidores administrativos na Superintendência e na Delegacia de Oiapoque.

No decorrer dos citados anos foram contratados pessoal de limpeza, Vigilância Armada, digitadores, recepcionistas, copeira, eletricitas, agente de atendimento especializada na área de DELEMIG, analista e técnico na área de informática e também a contratação serviço de praticagem fluvial com fornecimento de mão de obra.

Com relação à contratação de vigilância armada, serviço de recepção e copeira, eletricitas, agente de atendimento especializada na área de DELEMIG, o quadro permaneceu estável no decorrer do ano de 2010, ou seja não houve aumento nem diminui o quadro com relação aos anos de 2008 e 2009.

Relativo ao contrato de limpeza e conservação foi contratado mais um empregado para executar serviços de lavagens de veículos para a Superintendência, no ano de 2010.

No ano de 2010 houve a contratação de um Analista e um técnico na área de informática para desempenharem suas atividades no Núcleo de Tecnologia de Informação desta superintendência tão carente em mão de obra especializada.

Foi contratado também os serviços de praticagem fluvial com o fornecimento de mão de obra para executar suas atividades na Delegacia de Oiapoque viabilizando assim realização de ações inerentes e este Órgão referente ao meio ambiente e também aos crimes de fronteira Brasil/França.

5.6) Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

- Absenteísmo

Durante o ano de 2010, ocorreram 2.047 dias de ausências por LTS, o que representa quase 12,87 dias de afastamento por servidor ao ano.

- Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais

a) LER, não houve.

b) 02 (dois) Processos Especiais de Acidente de serviço aprovado.

- Rotatividade (turnover)

Ocorreu durante o ano o ingresso de 38 (trinta e oito) servidores, em virtude de nomeação (ingresso) e 38 (trinta e oito) desligamentos (egresso), 35 (trinta e cinco) em virtude remoção, 02 (dois) em razão de vacância, 01 (um) em razão de aposentadoria.

- Educação Continuada

Informação sob a responsabilidade do T & D, presente no item 2.3.1.3.4.

- Satisfação e Motivação

Instituição da Atividade Física obrigatória, IN 36 DG/DPF, de 13/08/2010.

- Disciplina

O acompanhamento disciplinar está a cargo da COR/SR/AP que apresentou a seguinte estatística:

Procedimento	Instaurado	Encerrado	Em andamento	Em análise / A instaurar
Proc. Adm. Disciplinar	04	05	00	00
Sindicância Punitiva	01	01	00	00
Sindicância Investigativa	08	09	02	01
Exp. Nat. Disciplinar	07	05	02	01
Investigação Prévia	03	05	01	00
Proc. Esp. por Ac. em Serviço	00	00	00	00

E ainda:

- 1) Emissão de 40 pareceres do NUDIS/COR/SR/AP;
- 2) Inclusão de todos os procedimentos disciplinares exigidos pela COGER;
- 3) Alimentação do Sistema de Acompanhamento Disciplinar – SAD da COGER/DPF de todos os procedimentos em trâmite nesta descentralizada, conforme tabela acima;
- 4) Registro de todos os procedimentos disciplinares em livros próprios;
- 5) Atualização de procedimentos de anos anteriores no CGU-PAD e no SAD;
- 6) Fornecimento de informações à COGER sempre que solicitado;
- 7) Controle na criação, prazos e recondução das Comissões de Processos Disciplinares.

- Desempenho funcional

Há avaliação de desempenho funcional distribuídos desta forma:

- 1) Policiais: Avaliação de Estágio Probatório e Avaliação para fins de promoção;
- 2) Administrativos: Avaliação de Estágio Probatório, Avaliação para fins de Gratificação de Desempenho e Avaliação para fins de Promoção.

- Níveis Salariais

a) Policiais: 4 Níveis/Classes Salariais (Terceira, Segunda, Primeira e Especial), conforme Lei 11.358 e Decreto 7004, de 23/11/09;

b) Administrativos: Dividos em Classes e Padrões (A, B, C e Especial), conforme Lei 10.682 e Decreto 84.669/80.

6. TRANSFERÊNCIAS

6.1) Transferências efetuadas no exercício

Esta UJ não realizou transferências de recursos financeiros ou créditos, sejam por convênios, contratos de repasse ou outros instrumentos congêneres.

6.2) Análise Crítica sobre a situação da gestão das transferências vigentes no exercício e seus efeitos no médio e longo prazo

Não se aplica, tendo em vista que esta UJ não realizou transferências de recursos financeiros ou créditos, seja por convênios, contratos de repasse ou outros instrumentos congêneres.

7. DECLARAÇÃO RELACIONADA ÀS INFORMAÇÕES DO SIASG E SICONV

Encontra-se apresentada no Anexo I.

8. INFORMAÇÕES RELACIONADAS À ENTREGA DE DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS

Encontram-se apresentadas no Anexo II.

9. SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

9.1) Estrutura de controles internos da UJ

Quadro A.9.1 - Estrutura de controles internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.					X
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no					X

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.					
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.		X			
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			X		
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					X
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					X
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
Considerações gerais: a UJ utilizou a pesquisa qualitativa baseada na observação para analisar e julgar as assertivas apresentadas.					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

10. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

10.1) Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.	X				
Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	<i>Apenas na adoção do papel reciclado</i>				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.	X				
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).	X				
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.	X				
Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	<i>n/a</i>				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).			X		
Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?	<i>Ainda não é possível avaliar</i>				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).					
Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	<i>Papel reciclável.</i>				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.			X		
Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	<i>n/a</i>				
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).	X				
Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	<i>Foram feitas DL para recargas de cartuchos de impressão</i>				
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.				X	
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.				X	
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.	X				
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.	X				
Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	<i>n/a</i>				
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.				X	
Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	<i>Carbono Neutro (plantação de árvores)</i>				
<i>Considerações Gerais:</i> O questionário foi respondido individualmente pelo responsável pelo setor de licitações e contratos, o qual tem conhecimento da maioria dos processos de contratações realizados					

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação
LEGENDA	
Níveis de Avaliação:	
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.	
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.	
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.	
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.	
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.	

11. GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

11.1) Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro A.11.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	Macapá	05	05
	Oiapoque	05	05
	Total	10	10

Fonte: SPIUNET

Quadro A.11.2 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	Macapá	01	01
	Oiapoque	00	00
	Total	01	01

Fonte: Gestão de Contratos: Contrato nº 008/2010-SR/DPF/AP – Protocolo nº 08361.008800/2009-28

Quadro A.11.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor ¹ Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
200134	NT (SR/DPF/AP)	UNICO DA UNIÃO	BOM	978.668,47	ND	ND		-
200134	NT CASA 592	UNICO DA UNIÃO	BOM	89.075,96	ND	ND		-
200134	NT CASA 586	UNICO DA UNIÃO	BOM	89.075,96	ND	ND		-
200134	NT CASA 197	UNICO DA UNIÃO	BOM	66.398,85	ND	ND		-
200134	NT CASA 203	UNICO DA UNIÃO	BOM	66.398,85	ND	ND		-
200134	NT DPF/OPE	UNICO DA UNIÃO	BOM	591.980,00	ND	ND		-
200134	NT CASA 389	UNICO DA UNIÃO	BOM	67.684,19	ND	ND		-
200134	NT CASA 401	UNICO DA UNIÃO	BOM	67.684,19	ND	ND		-
200134	NT CASA 409	UNICO DA UNIÃO	BOM	67.684,19	ND	ND		-
200134	NT CASA 411	UNICO DA UNIÃO	BOM	67.684,19	ND	ND		-
Total								-

Fonte: SPIUNET

A fonte disponível dos valores histórico do imóvel é a FATE.

NT : NÃO TEM RIP

ND: NÃO DISPONIVEL

¹ Os campos em branco não apresentavam informação no sistema.

11.2) Análise Crítica sobre a gestão de imobilizados sob sua responsabilidade

As principais medidas quanto à gestão do patrimônio de bens imóveis é a realização de manutenção preventiva e reativa nos mesmos para deixá-los em condição de uso. Tal fato decorre da idade dos imóveis.

12. GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

12.1) Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

Quadro A.12.1 - Gestão de TI da UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.			X		
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.				X	
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.			X		
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	02				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.			X		
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.				X	
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.			X		
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.	X				
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.		X			
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.					X
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	X				
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.					X
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.					X
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?				X	
Considerações Gerais: Questionário respondido em conjunto pelos servidores lotados no NTI/SR/DPF/MS					
LEGENDA					
Níveis de avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

UTILIZAÇÃO DOS CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

Quadro A.13.1 - Despesa com Cartão de Crédito Corporativo por UG e
por Portador Valores em R\$ 1,00

<i>Unidade Gestora: 200403</i>			<i>Limite de Utilização da UG</i>			
SF Siafi ¹	Portador	CPF	Limite Individual	Valor		Total
				<i>Saque</i>	<i>Fatura</i>	
1 – PV	D. G. S.	**3.662.082-**	900,00	650,00	250,00	900,00
8 – REE	R. C. R.	**9.919.126-**	10.600,00	370,00	895,00	1.265,00
VS	Núcleo de Inteligência Policial (NIP)	Caráter Sigiloso	218.000,00	162.220,00	22.867,51	185.087,51
				<i>163.240,00</i>	<i>24.012,51</i>	<i>187.252,51</i>
Total utilizado pela UG						187.252,51
Total utilizado pela UJ						187.252,51

¹PV: Pequeno Vulto

REE: Regime Especial de Execução – sem caráter sigiloso

VS: Regime Especial de Execução – com caráter sigiloso

Quadro A.13. 2 – Despesa com Cartão de Crédito Corporativo (Série
Histórica) Valores em R\$
1,00

UG 200403					
Exercícios	Saque		Fatura		Total (R\$)
	<i>Quantidade¹</i>	<i>Valor (a)</i>	<i>Quantidade¹</i>	<i>Valor (b)</i>	<i>(a+b)</i>
2008	119	66.294,36	46	24.711,19	91.005,55
2009	142	110.760,00	56	28.601,23	139.361,23
2010	200	163.240,00	36	24.012,51	187.252,51

¹ não foi possível extrair os quantitativos

Com relação ao uso de cartão de pagamento do Governo Federal, a título de suprimento de fundos no exercício de 2010, houve um aumento considerável de 34,36% se tomarmos como referência o ano de 2009, devido, principalmente, a grandes operações policiais como por exemplo a realização da OPERAÇÃO MÃOS LIMPAS que culminou em grande avanço ao combate à corrupção no Estado do Amapá. Quanto a despesas de pequeno vulto não foram realizados grandes gastos por esta unidade gestora, devido ao planejamento anual realizado nesta Superintendência, e também aos contratos firmados com as empresas fornecedoras.

14. INFORMAÇÕES SOBRE AS RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS

Não se aplica a esta UJ.

15. DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU

Não ocorreram deliberações do TCU a serem atendidas no exercício de 2010.

16. RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

Não ocorreram recomendações da OCI a serem atendidas no exercício de 2010.

CONCLUSÃO

O presente Relatório de Gestão buscou apresentar de forma sucinta as principais ações e realizações da desenvolvidas pela Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Amapá no exercício de 2010, assim como os resultados alcançados. Importa ressaltar que. Mesmo diante das restrições orçamentárias impostas à unidade e efetivo aquém do ideal, a unidade conseguiu atingir os objetivos traçados pela administração central. Tal objetivo foi obtido com o comprometimento de todos servidores, em todos os níveis hierárquicos, e medidas administrativas que possibilitaram mitigar as limitações, das quais podemos destacar:


- ♦ Controle efetivo no uso das linhas telefônicas, dando prioridade, sempre que possível, a comunicação através de CHAT'S, e-mail's, videoconferência;
- ♦ Controle e redução no gasto com energia elétrica, com ações de conscientização, na intranet, para uso racional desse recurso;
- ♦ Redução no gasto com passagens aéreas e diárias, buscando respeitar os prazos mínimos estabelecidos em decreto para aquisição das passagens aéreas e atendendo prioritariamente os recrutamentos das operações permanentes;
- ♦ Maior rigor e efetivo controle na utilização das viaturas, reduzindo o gasto com manutenção e combustível, procedimento este que visou também atender recomendação dos órgãos centrais;

Não foi possível, no entanto atingir a melhoria esperada no que tange às instalações e ao espaço físico da unidade, em razão da não conclusão da obra do prédio anexo à SR/DPF/AP resultado dos problemas enfrentados junto à empresa contratada, que não cumpriu o cronograma estabelecido.

Diante do quadro que se apresenta para o próximo exercício, inclusive com a maior limitação orçamentária imposta pelo governo federal, o ordenador de despesas/dirigente da Superintendência Regional da Polícia Federal no Amapá espera cumprir os objetivos e metas propostos pela administração central, através do Centro Integrado de Gestão Estratégica – CIGE, vencendo mais esta etapa de competência de polícia judiciária da União no estado do Amapá.

ANEXOS

ANEXO I – DECLARAÇÃO REFERENTE AO ITEM 07 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010

DECLARAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA ÁREA DE CONTRATOS			
DECLARAÇÃO			
Denominação Completa (UJ):		Código das UGs:	
Superintendência Regional de Polícia Federal do Estado do Amapá		200402 e 200403	
<p>Declaro que as informações referentes a contratos celebrados pela superintendência Regional Da Polícia Federal do Estado do Amapá estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, de acordo com Art. 19, da Lei nº 12.309, de agosto de 2.010.</p> <p>Com relação ao Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, esta Superintendência não firma convênios, contratos de repasse, ter de parceria ou outros instrumentos congêneres. Tal atribuição é privativa do Órgão Central do DPF.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Macapá	Data	28 de Março de 2011
Responsável	Ana Claudia Pinto Rodrigues	Matrícula nº 14046	

Ana Cláudia P. Rodrigues
Administradora /SR/DPF/AP
Matrícula 14.046

ANEXO II - INFORMAÇÃO REFERENTE AO ITEM 8 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN
TCU Nº 107/2010

ANEXO II - INFORMAÇÃO REFERENTE AO ITEM 08 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU

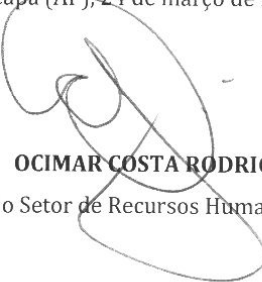
Nº 107/2010

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO ESTADO DO AMAPÁ
SETOR DE RECURSOS HUMANOS**

DECLARAÇÃO

DECLARO, para em cumprimento ao previsto no Art. 4º, da Decisão Normativa TCU nº 107/2010, que os servidores responsáveis pelas unidades constantes do rol de responsáveis do departamento de Polícia Federal, estão em dia com a apresentação da Declaração de Bens e Rendas relativas ao exercício de 2.010, ano base 2.009, na forma da Lei 8.730/93.

Macapá (AP), 24 de março de 2011.



OCIMAR COSTA RODRIGUES

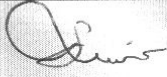
Chefe do Setor de Recursos Humanos do DPF/AP

Avenida Ernestino Borges, 1402 - CEP. 68.908-901 - Jesus de Nazaré - Macapá-AP, Tel.: (96) 3213-7603

**ANEXO III - INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO REFERENTE AO ITEM 1 DA
PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
M.J-DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SERVIÇO DE CONTABILIDADE

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
DECLARAÇÃO COM RESSALVA	
Denominação Completa (UJ):	Código da UG:
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO AP - SR/DPF/AP	200402 - 200403
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI.</p> <p>Para a emissão da declaração foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none"> - a verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal; - o acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade da Polícia Federal, via SIAFI; e - a análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI. <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>	
Brasília/DF	Data: 09/03/2011
Contador Responsável: GLADSTON GUIMARÃES NAVES 	CRC nº DF-12534/O-8



Mapa Estratégico

VISÃO:

Tornar-se referência mundial em Ciência Policial

MISSÃO:

Exercer as atribuições de polícia judiciária e administrativa da União, a fim de contribuir na manutenção da lei e da ordem, preservando o Estado Democrático de Direito

Cientes e Resultados

Ser reconhecida como modelo de gestão perante o poder público

Ser reconhecida como motivo de orgulho e admiração perante a nação

Ser reconhecida pelos servidores como uma das melhores instituições públicas para trabalhar

Processos Internos

Conferir efetividade à prestação de serviços à sociedade

Preservar a ética e atuar na defesa dos direitos humanos
Manter a ordem por meio de controle e fiscalização efetivos

Reduzir a criminalidade organizada

Prevenir e reprimir a criminalidade com inteligência e rigor
Apresentar excelência na qualidade da prova
Estruturar-se para atuar em grandes eventos
Aperfeiçoar os mecanismos e os procedimentos de investigação criminal

Qualificar-se como instituição pública-modelo no desenvolvimento sustentável do país

Atuar com transparência e responsabilidade socioambiental
Manter a confiança e a credibilidade da população

Aprendizado e Crescimento

Prover a tecnologia da polícia do futuro

Valer-se da vanguarda científica e tecnológica no cumprimento de sua missão
Potencializar a segurança e a qualidade das informações e telecomunicações

Somar esforços no desenvolvimento da segurança pública

Construir alianças estratégicas no âmbito nacional e internacional
Formar parcerias efetivas e de longo prazo

Otimizar o emprego dos bens e recursos materiais

Ampilar as instalações e modernizar a infraestrutura
Racionalizar a logística policial

Tornar-se referência de gestão moderna e atuante

Fortalecer a cultura estratégica organizacional
Disseminar o conhecimento em todos os campos do saber
Avaliar permanentemente o desempenho institucional
Desenvolver estudos avançados em ciências policiais

Estabelecer-se como centro de excelência em gestão de pessoas

Fomentar a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação
Formar lideranças, desenvolver competências e reter talentos
Transmitir valores e comprometimento funcional aos servidores
Reconhecer o mérito e valorizar o profissional

Orçamento e Finanças

Alinhar a proposta orçamentária ao planejamento estratégico

Maximizar a administração dos recursos financeiros
Garantir a eficiência na execução orçamentária

3.1. DELEGACIA DE DEFESA INSTITUCIONAL – DELINST

3.1.1. Atividades

- **“Presença em Terras Indígenas”** – Estudos foram realizados com o fim de firmarmos presença em “terras indígenas” e, junto com a FUNAI, realizamos missão para o reconhecimento de irregularidades cometidas nas reservas indígenas;

- **“Tráfico Humano”** – Realizaram-se investigações e diligências que lograram identificar rota de tráfico de pessoas neste Estado, sendo que prisões foram deferidas além de realizada a difusão internacional, o que redundou o intercâmbio com outros países. Foram elucidados todos os IPLs que versavam sobre a matéria, havendo representações de prisão preventiva de nacionais que se encontram na Guiana Francesa e no Suriname;

- **“Apoio institucional às Eleições”** – A especializada realizou o planejamento e realização dos trabalhos voltados ao pleito eleitoral de 2010, tendo obtido sucesso, inclusive com prisões, apreensões de grande quantidade de numerário, combustíveis etc. Equipes de policiais foram deslocadas para as cidades de Calçoene e Laranjal do Jarí, nos dois turnos, onde desempenharam papel fundamental;

- **Operações de vistoria** – Diligências pelo interior do Estado, em conjunto com o INCRA e o Ministério do Trabalho, pertinente a casos de conflitos agrários e averiguação de trabalho escravo;

- Elucidação de todos os IPLs versando sobre pedofilia na internet;

- Cumprimento de Mandado de Prisão Preventiva contra indivíduo localizado no Estado de São Paulo e posterior traslado para o Estado do Amapá, em decorrência de vinculação a IPL desta DELINST/DREX/SR/DPF/AP.

3.2. DELEGACIA DE REPRESSÃO A CRIMES CONTRA O MEIO AMBIENTE E PATRIMÔNIO HISTÓRICO – DELEMAPH

3.2.1. Atividades

- **“Torre de Controle”** – Operação conjunta com a Força Aérea Brasileira (FAB), versando sobre a explosão de pistas de pouso clandestinas existentes no Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque. Não houve prisões;

- **“Operação Costa Norte”** – Operação conjunta com a FAB e com a Marinha do Brasil, com o fim de identificar e mapear a rota de pesca ilegal no litoral amapaense;

- **“Operation Ramp”** – Operação conjunta com o IBAMA, versando sobre a repressão ao comércio ilegal de anfíbios e répteis nos Municípios de Macapá e Santana;

- **“Torianita”** – Apreensão de significativa quantidade (mais de 200 kg) de material radioativo sendo transportado de forma ilegal, investigações continuam;

- **“Operação AIMARA”** – Trabalho em conjunto com o IBAMA e a Polícia Marítima Francesa, na baía de Oiapoque, para o combate à pesca ilegal, à biopirataria e ao porte ilegal de armas.

3.2.2. Estatísticas

3.2.2.1. Ações policiais

Espécies	Total
Inquéritos Policiais – IP (instaurados)	46
Inquéritos Policiais – IP (relatados)	76
Termos Circunstanciados – TC (instaurados)	04
Indiciamentos	61
Diligências/apreensões/acareações/reconhecimentos e outros	60
Sequestro	00
Quebra de sigilo	03
Perícias (solicitadas)	35
Cartas Precatórias – CP (expedidas)	25
Operações policiais deflagradas	03
Prisões realizadas	00
TOTAL GERAL	313

3.3. DELEGACIA DE REPRESSÃO A CRIMES FAZENDÁRIOS – DELEFAZ

3.3.1. Atividades

- **“Operação Bateia”** – Desarticulação de organizações especializadas no comércio ilegal de OURO na região, investigação de grande repercussão, em AP, SP e Oiapoque com a apreensão de 50 kg do metal;

- **“Operação TRADEMARK”** - Investigações que visaram identificar a rota do descaminho e contrabando que passam pelo Estado. Verificou-se que grande quantidade de mercadoria desacompanhada de documentação tem sido transportada por embarcações na região, o que levou à apreensão de algumas toneladas de mercadorias e indícios de rota internacional tendo como partida China via Suriname;

- **“Operação Las Vegas”** – Coibir o contrabando e o jogo ilegal no Estado. Foram apreendidos vários computadores, além de maquinário que servia à contravenção;

- **“Operação Hidrocarboneto”** – Operação conjunta com a ANP, versando sobre o combate ao comércio irregular de combustíveis no Estado (mais de 2000 botijões apreendidos);

- **“Operação Bancada”** – Trabalho desenvolvido com o objetivo de coibir a irregularidade em licitações no Estado, especificamente na compra de bancadas de computadores para escolas públicas (fraude de R\$1.500.000,00).

3.3.2. Estatísticas

3.3.2.1. Ações policiais

Espécies	Total
Inquéritos Policiais – IP (instaurados)	42
Inquéritos Policiais – IP (relatados)	87
Termos Circunstanciados – TC (instaurados)	00
Indiciamentos	61
Diligências/apreensões/acareações/reconhecimentos e outros	35
Sequestro	00

Quebra de sigilo	02
Perícias (solicitadas)	02
Cartas Precatórias – CP (expedidas)	07
Operações policiais deflagradas	02
Prisões realizadas	05
TOTAL GERAL	243

3.4. DELEGACIA DE REPRESSÃO A CRIMES PREVIDENCIÁRIOS – DELEPREV

3.4.1. Atividades

Não foram registradas operações ou quaisquer ações que ensejem detalhamentos.

3.4.2. Estatísticas

3.4.2.1. Ações policiais

Espécies	Total
Inquéritos Policiais – IP (instaurados)	35
Inquéritos Policiais – IP (relatados)	80
Termos Circunstanciados – TC (instaurados)	00
Indiciamentos	13 0
Diligências/apreensões/acareações/reconhecimentos e outros	40
Sequestro	00
Quebra de sigilo	03
Perícias (solicitadas)	07
Cartas Precatórias – CP (expedidas)	11
Operações policiais deflagradas	00
Prisões realizadas	00
TOTAL GERAL	306

3.5. DELEGACIA DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA – DELESP

3.5.1. Atividades

TOTAL DE SOLICITAÇÕES AUTORIZADAS:		
ASSUNTO	MODALIDADE	TOTAL
Autorização de Funcionamento	SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL	01
	TRANSPORTE DE VALORES	-
	CURSO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES	-
	ESCOLTA ARMADA	-
	SEGURANÇA PESSOAL PRIVADA	-
	SERVIÇOS ORGÂNICOS DE SEGURANÇA	-
	Alteração de Atos Constitutivos	RAZÃO SOCIAL
MUDANÇA DE ENDEREÇO/SÓCIOS		02
MUDANÇA E/OU ACRÉSCIMO DE MODELO DE UNIFORME		01
Outros Procedimentos	REVISÃO DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO	12
	RENOVAÇÃO DE CERTIFICADO DE SEGURANÇA	04
	RENOVAÇÃO DE CERTIFICADO DE VISTORIA	10
	AQUISIÇÃO DE ARMAS, MUNIÇÕES E PETRECHOS DE RECARGA E COLETES BALÍSTICOS	06
	NOTIFICAÇÕES	116
	AUTOS DE CONSTATAÇÃO E NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO	80
	PARECERES CONCLUSIVOS	147
	CANCELAMENTO DE EMPRESAS IRREGULARES	01
	ENCERRAMENTO DE ATIVIDADES CLANDESTINAS	05
	COMUNICAÇÃO DE INCIDENTES COM ARMAS: (ROUBO DE ARMAS/MUNIÇÕES/COLETES/DISPAROS	38

OUTRAS ATIVIDADES:	
DESCRIÇÃO	TOTAL
VISTORIA DAS INSTALAÇÕES DE EMPRESA DE VIGILÂNCIA E ORGÂNICA	15
VISTORIA DE VEÍCULOS ESPECIAIS DE TRANSPORTE DE VALORES	10
VISTORIA DE AGÊNCIAS BANCÁRIAS E PAB'S	61
CARTEIRAS DE VIGILANTES REQUERIDAS	1.003

CERTIFICADOS DE VIGILANTES REGISTRADOS	906
REGISTRO DE PROFISSÃO – CTPS	301
GUIAS DE TRANSFERÊNCIA E/OU TRANSPORTE DE ARMAS EMITIDAS	157
PORTARIAS DE APROVAÇÃO DE PLANOS DE SEGURANÇA BANCÁRIOS	61
ARMAS ARRECADADAS	-
MUNIÇÕES ARRECADADAS	-
CONSULTAS / INFORMAÇÕES PRESTADAS SOBRE SEGURANÇA PRIVADA	47
RECEITAS DECORRENTES DA ATIVIDADE FISCALIZATÓRIA	-
DESPACHOS REALIZADOS	314
OFÍCIOS EXPEDIDOS	91
OFÍCIOS-CIRCULARES EXPEDIDOS	01
MEMORANDOS EXPEDIDOS	184
PORTARIAS EXPEDIDAS	-
INFORMAÇÕES POLICIAIS (EXPEDIDAS)	101

OPERAÇÕES DE FISCALIZAÇÃO EFETUADAS	
SHOWS/EVENTOS	13
EMPRESAS/POSTOS	48
ESCOLAS FISCALIZAÇÃO (QUINZENAL)	03
BANCOS	42
ORDEM DE MISSÃO	02

ARRECADAÇÃO DA DELESP/SR/AP - 2010	
VISTORIA DAS INSTALAÇÕES DE EMPRESAS DE SEGURANÇA	10.641,00
VISTORIA DE VEÍCULOS ESPECIAIS DE TRANSPORTE DE VALORES	7.023,06
RENOVAÇÃO DE CERTIFICADO DE SEGURANÇA DAS INSTALAÇÕES	3.745,60
RENOVAÇÃO DE CERTIFICADO DE VISTORIA DE VEÍCULOS ESPECIAIS DE TRANSPORTE DE VALORES	1.755,82
AUTORIZAÇÃO PARA COMPRA DE ARMAS, MUNIÇÕES E PETRECHOS	1.310,96
AUTORIZAÇÃO PARA TRANSPORTE DE ARMAS E MUNIÇÕES	17.132,01
ALTERAÇÃO DE ATOS CONSTITUTIVOS	561,84

AUTORIZAÇÃO PARA MUDANÇA DE MODELO DE UNIFORME	187,28
REGISTRO DE CERTIFICADO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES	6.609,76
EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO DE EMPRESA DE VIGILÂNCIA OU ORGÂNICA	1.777,04
EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO DE CURSO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES	
EXPEDIÇÃO DE CARTEIRA NACIONAL DE VIGILANTES	10.427,20
VISTORIA DE ESTABELECIMENTO FINANCEIRO POR AGÊNCIA OU POSTO	68.102,40
REGISTRO DE ARMA DE FOGO PARA EMPRESA DE SEGURANÇA PRIVADA E DE TRANSPORTE DE VALORES	
MULTA SEGURANÇA PRIVADA, CATEGORIA VIGILÂNCIA, TRANSPORTE DE VALORES E CURSOS DE FORMAÇÃO	117.757,30
MULTA INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E SEUS ESTABECIMENTOS, POR AGÊNCIA, UNIDADE OU POSTO	154.309,34
TOTAL	402.404,71

ATIVIDADES DE POLÍCIA JUDICIÁRIA	
INQUÉRITOS POLICIAIS – IP (INSTAURADOS)	02
INQUÉRITOS POLICIAIS – IP (RELATADOS)	21
TERMOS CIRCUNSTANCIADOS – TC (INSTAURADOS)	0
OITIVAS	107
INDICIAMENTOS	32
DILIGÊNCIAS/APREENSÕES/ACAREAÇÕES/RECONHECIMENTOS E OUTROS	40
SEQUESTRO	00
QUEBRA DE SIGILO	00
PERÍCIAS (SOLICITADAS)	07
CARTAS PRECATÓRIAS – CP (EXPEDIDAS)	02
PROMOÇÕES CUMPRIDAS	01
OPERAÇÕES POLICIAIS DEFLAGRADAS	00
ARMAS APREENDIDAS	00
MUNIÇÕES APREENDIDAS	00
PRISÕES REALIZADAS	00

35.2. Estatísticas

DADOS ESTATÍSTICOS	
Descrição	Total
AGÊNCIAS BANCÁRIAS	32
POSTOS DE ATENDIMENTO BANCÁRIO	24
CARROS FORTES	11
ARMAS ATIVAS	758
EMPRESAS DE SEGURANÇA DE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL	08
EMPRESAS DE SEGURANÇA DE TRANSPORTE DE VALORES	02
EMPRESAS DE SEGURANÇA ORGÂNICA	02
CURSOS DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES	03

3.6. DELEGACIA DE POLÍCIA DE IMIGRAÇÃO – DELEMIG

3.6.1. Atividades

- Investigações vinculadas à falsificação de documentos por estrangeiros, visando “regularizar” entrada e estada ilegal. Será necessário o aprofundamento das investigações. Continuidade em 2011.

3.6.2. Estatísticas

3.6.2.1. Ações policiais

Espécies	Total
Inquéritos Policiais – IP (instaurados)	11
Inquéritos Policiais – IP (relatados)	10
Inquéritos Policiais – IP (em andamento)	09
Termos Circunstanciados – TC (instaurados)	00
Inquirições	106
Reinquirições	00
Indiciamentos	15
Prisões efetuadas	00
Diligências/apreensões/acareações/reconhecimentos e outros	86
Sequestro	00
Quebra de sigilo	00
Perícias (solicitadas)	00
Cartas precatórias – CP (expedidas)	01
Cartas precatórias – CP (atendidas)	00
Operações policiais deflagradas	00
TOTAL GERAL	238

3.8. NÚCLEO DE OPERAÇÕES – NO

3.8.1. Atividades

Os Policiais Federais do Núcleo de Operações cumpriram as atribuições do Plantão com os policiais de outros setores desta Superintendência, bem como participaram das várias Operações Policiais executadas neste e noutros Estados e também realizaram levantamento de informações em razão de diligências desenvolvidas pelas Delegacias Especializadas.

A título de exemplo, o NO com apoio de outras Delegacias e da PRF realizou barreiras policiais nos municípios de Porto Grande, Laranjal do Jari/Mazagão e no Km 50 da BR-156, como desdobramento da “Operação Sentinela”; elaborou planejamento e operacionalização, em conjunto com a DELINST, nas Eleições 2010; bem como, participou da execução da “Operação Turquesa”, no município de Oiapoque.

Além disso, por este NO conduziram-se presos por solicitação da Justiça Federal; elaboraram-se conjuntamente com as Delegacias diversos Planejamentos Operacionais e, finalmente, cumpriram-se Intimações.

3.8.2. Estatísticas

3.8.2.1. Ações policiais

Espécies	Total
Cumprimento de Mandado de Prisão	07
Cumprimento de Mandado de Prisão Condenação Criminal	04
Barreiras	03
TOTAL GERAL	14

3.8.2.2. Atividades administrativas

Espécies	Total
Ordens de Missão Policial	354

Ofícios	491
Informações/ Memorandos	83
Escalas de Plantão	12
TOTAL GERAL	940

4. ATIVIDADES E ESTATÍSTICAS DOS NÚCLEOS E DELEGACIAS da DRCOR – Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado

DELEARM

Recebimento de 53 pistolas Glock

Realização de 4 Operações Policiais

Operação Clavina: combate ao comércio ilegal de armas de fogo em Santana.

Operação Gatilho: combate a assaltos em Macapá.

Operação Alça de Mira: combate a assaltos cometidos por presos do IAPEN.

Operação Uso Restrito (em curso): combate ao tráfico de armas no Amapá.

Prisão de 35 pessoas

Apreensão de R\$ 44.880,00 e 11.300,00 euros

Inquéritos instaurados: 29

Inquéritos relatados: 28

Termos circunstanciados instaurados: 00

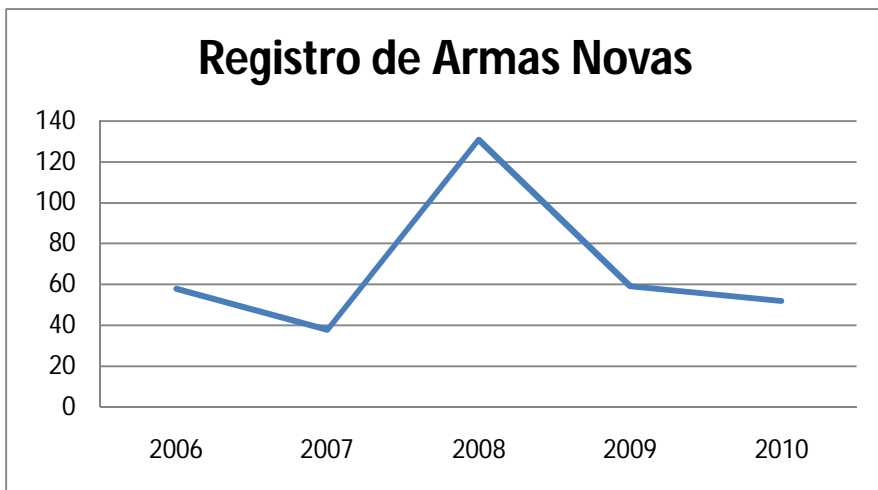
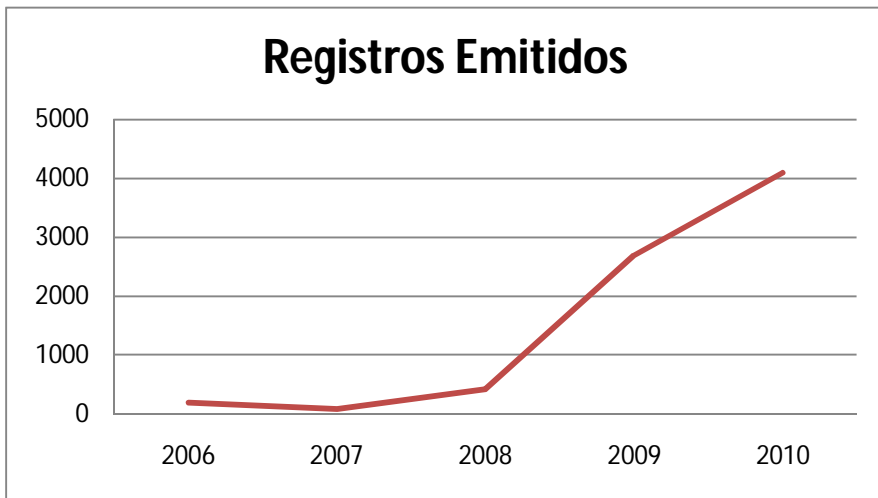
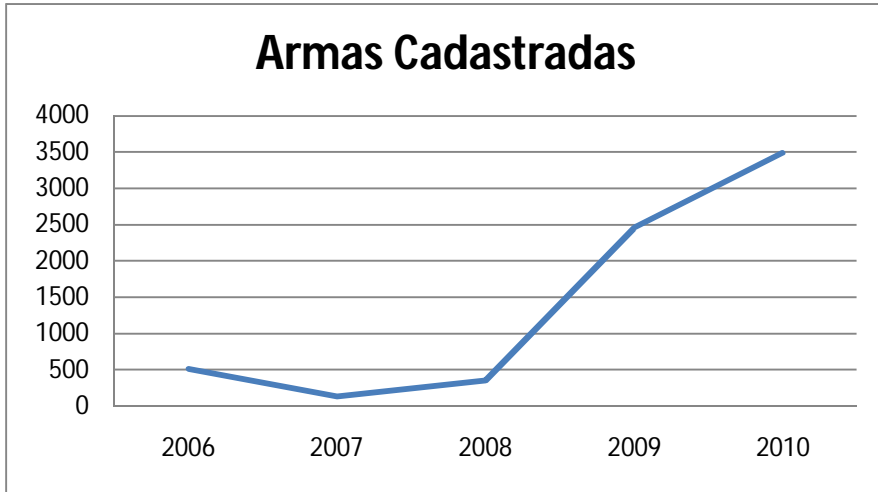
Peças produzidas: 948

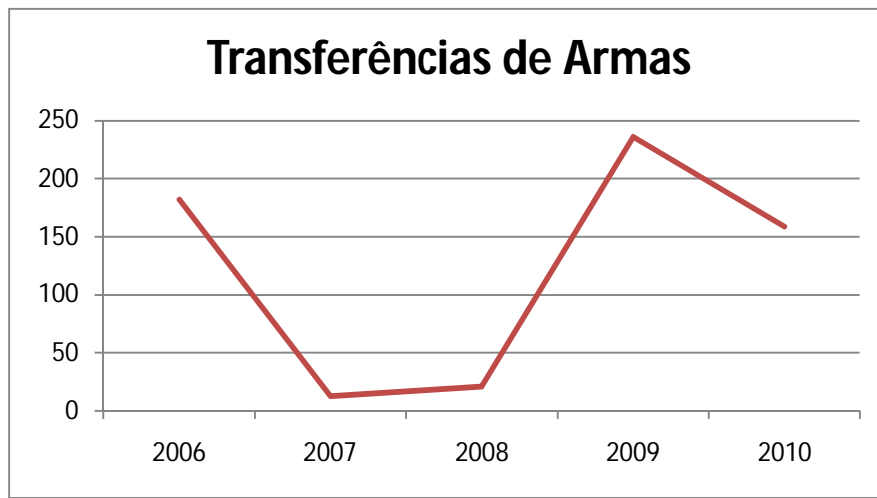
Transferência do atendimento do SINARM para o Superfácil.

Reorganização da sala de armas da SR/AP

Dados do SINARM:

Ano	Armas Cadastradas	Registros Emitidos	Registros de Armas Novas	Transferências de Armas
2006	510	193	58	182
2007	136	76	38	13
2008	353	415	131	21
2009	2455	2694	59	236
2010	3485	4097	52	159
Total:	6939	7475	338	611





DELEPAT

Atuação em 6 locais de crime.

Prisão de 9 pessoas.

Operações realizadas: 02

Operação Precatório I e II: combate à fraude no saque de precatórios na CEF

Inquéritos instaurados: 15

Inquéritos relatados: 26

Termos circunstanciados instaurados: 02

Peças produzidas: 997

GRFIN

Operações realizadas: 02

Operação CDC: combate à fraude para concessão de empréstimos pela CEF

Operação Las Vegas: combate ao jogo ilegal em Macapá (com a DELEFAZ)

Inquéritos instaurados: 29

Inquéritos Relatados: 49

Termos circunstanciados instaurados: 01

Peças produzidas: 1.996

Obtenção de sala de NO para a GRFIN

DRE

Operações realizadas: 01

Operação Laranjal: combate ao ingresso de cocaína no Estado do Amapá

Ações que resultaram em apreensão de entorpecentes: 08

Inquéritos Instaurados: 22

Inquéritos Relatados: 26

Termos circunstanciados instaurados: 00

Prisões em flagrante: 15

Prisões preventivas: 01

Menores apreendidos: 01

Peças produzidas: 714

Apreensão de Cocaína: 57,4 Kg

Entorpecentes incinerados: 81 Kg

Pedidos de renovação de empresas de produtos químicos: 16

Pedidos de emissão de CRC e CLF: 07

Recebimento de 1 viatura técnica

Dados do SINDRE:

Ano	2006	2007	2008	2009	2010	Total
Cocaína apreendida (kg)	22,37	29,57	275,72	13,65	57,39	398,7



5. CORREGEDORIA REGIONAL - COR

Conforme exposto no Relatório Estatístico do ano de 2010, referente ao ano de 2009, adotadas as medidas ali expostas como, por exemplo:

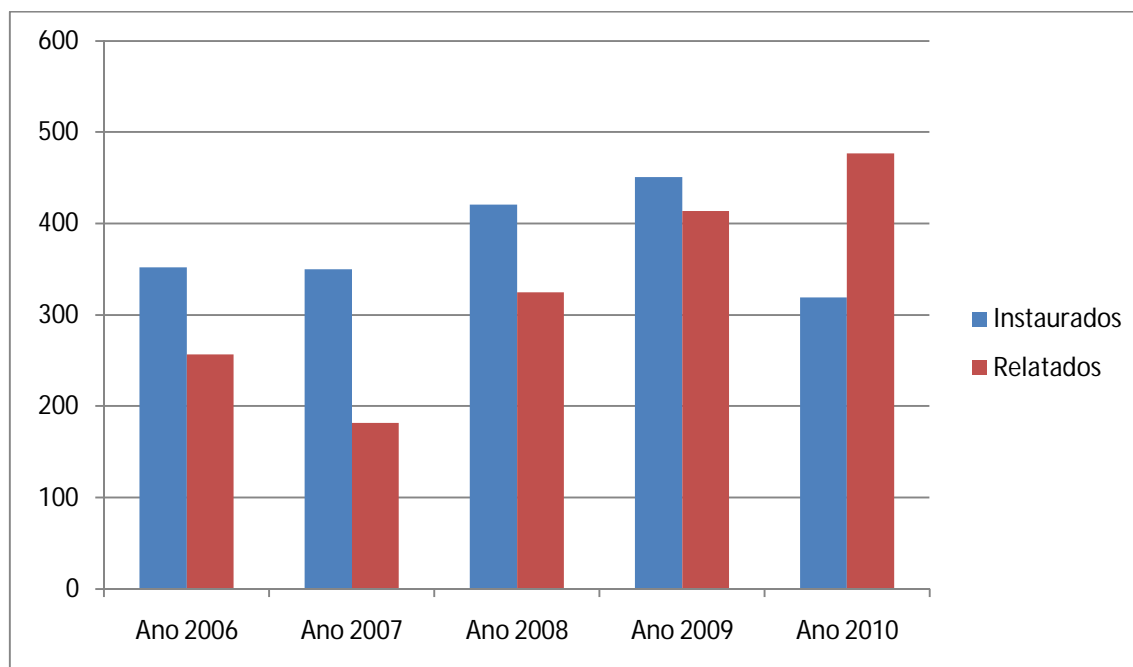
1. Remanejamento dos IPL's pela especialização da matéria e da delegacia, com a finalidade de dar objetividade e celeridade aos feitos;
2. Publicação mensal do relatório de produtividade das autoridades policiais em AS;
3. Reuniões de sensibilização quanto à necessidade de empenho, maior objetividade nas linhas investigatórias para se dar maior celeridade nos apuratórios, e outras ações burocráticas de agilização dos expedientes no âmbito interno;
4. Imposição de metas quantitativas e qualitativas no âmbito da SR com a finalidade de se darem parâmetros de produção as autoridades policiais;
5. Maior acompanhamento da produtividade individual, com a finalidade de minorizar os entraves que por ventura esteja ocorrendo para a obtenção da celeridade desejada e obtenção de produtividade;
6. Considerando que os municípios da circunscrição abrangem grande área territorial, e com a finalidade de maximizar os recursos e agilização dos feitos, tem-se feito a reunião de diligências de vários IPL's, para serem procedidos quando uma missão é realizada em determinada localização circunvizinha.

Tal estratégia deu resultado, conforme tabela abaixo:

Relação entre IPLs instaurados e relatados:

Período – 2010	Relatados	Instaurados	Índice de produtividade*
SR/DPF/AP	477	319	1,49
DPF/OPE/AP	88	59	1,49

* Índice de produtividade é a relação entre os IPLs relatados e os instaurados onde 1,00 significa que para cada IPL relatado outro é instaurado.



Na COR/SR/AP, no ano de 2010, foram produzidos:

- I) 218 (duzentos e dezoito) despachos para instauração de inquéritos;
- II) 29 (vinte e nove) pareceres em expedientes recebidos nesta SR e na Delegacia do Oiapoque, bem como em inquéritos policiais que aqui tramitam;
- III) Cumprimento de 64 (sessenta e quatro) cartas precatórias. Importante ressaltar que esta SR tem cumprido as cartas precatórias recebidas no prazo máximo de 30 dias, exceto quando há dificuldade na localização do paradeiro do intimando, em face de mudança de endereço, endereço incorreto ou incompleto etc, havendo na data de hoje quatro cartas precatórias em andamento;
- IV) Correição Ordinária formal e de qualidade nos inquéritos em trâmite nesta SR e na Delegacia do Oiapoque, nos termos do art. 180.1 da IN n. 11/2001. Ressalta-se que já é o terceiro ano em que se realiza;
- V) Correição de qualidade nos inquéritos, ou seja, analisou-se o método investigativo e sua compatibilidade com os fatos investigados, no que concerne ao tempo transcorrido e número de diligências efetuadas. Tal análise foi realizada por um Delegado de Polícia Federal (Chefe do NUCOR). O exame de qualidade observou os parâmetros utilizados pela COGER quando da realização da Correição Extraordinária, neste ano, resultando na elaboração de fichas de análise correicional para cada inquérito, na qual se indicou as irregularidades constatadas, atribuindo-se uma classificação ao inquérito (satisfatório/regular/insatisfatório). Ao final, expedia-se um memorando a cada autoridade policial, para ciência das irregularidades e seu saneamento, quando possível, em prazo estipulado pelo NUCOR. As autoridades policiais, a medida que tomavam ciência da ficha de análise correicional, efetuavam as regularizações cabíveis, comunicando, por memorando, ao NUCOR. Tais fichas permitirão nas próximas correições ordinárias acompanhar o progresso do inquisitório;

- VI) Correição parcial em 1.780 (mil e setecentos e oitenta) inquéritos remetidos ao Poder Judiciário ou ao Ministério Público, nos termos do art. 180.2 da IN n. 11/2001;
- VII) Correição Ordinária formal e de mérito em 247 inquéritos policiais;
- VIII) Orientação das autoridades policiais recém empossadas sobre procedimentos investigativos, atribuição do DPF e outras matérias afetas a atividade deste Órgão;
- IX) Elaboração de 33 termos de declarações, 04 termos de depoimento, 18 autos de qualificação e interrogatório e 03 colheitas de material gráfico padrão em 64 cartas precatórias cumpridas.

6. SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL – SELOG

O SELOG/SR/DPF/AP está assim estruturado:

- ✓ NAD – Núcleo Administrativo;
 - Almojarifado e controle de bens móveis e imóveis;
 - Protocolo;
 - Transporte.
- ✓ NEOF – Núcleo de Execução Orçamentária e Financeira;
- ✓ Comissão Permanente de Licitação e Gestão de Contratos;
- ✓ Chefia do SELOG e Secretaria Administrativa;

6.1 Núcleo Administrativo:

QUADRO QUANTITATIVO DAS ATIVIDADES NO EXERCÍCIO DE 2010

ATIVIDADES	QUANT	VALOR R\$ ORÇAMET	VALOR R\$ EXTRA ORÇAMENTARIO
Termo de Referência p/ compra de Materiais	12	xxx	xxx
Recebimento e controle de entrada e saída de água consumida no ano: SR/AP E DPF/OPE(garrações de 20 l.)	1700	12.009,00	xxx
Recebimento e controle de entrada e saída de açúcar consumido no ano: SR/AP e DPF/OPE(fardo de 10kg)	156	4.524,00	xxx
Recebimento controle de entrada e saída de café em pó consumido no ano: SR/AP e DPF/OPE (caixa c/05 kg.)	78	4.608,00	xxx
Recebimento e controle de entrada e saída de copos descartáveis p/ água, consumido no ano: SR/AP e	144	6.634,80	xxx

DPF/OPE(caixa c/25 centos)			
Recebimento e controle de entrada e saída de copo descartável p/ café consumido no ano:SR/AP e DPF/OPE(caixa c/50 centos)	44	1.719,60	xxx
Recebimento e controle Gás liquefeito de 13Kg.	18	1.040,40	xxx
Recebimento de Material de expediente,e Processamento de dados, conferência, estocagem, com entradas e saídas em fichas de prateleiras, e entrada e saídas no SCMC, - quant.Itens e valor de expediente - quant.Itens e valor de processamento de dados	14.668 1.380	17.153,15 46.493,14	xxx
Recebimento,conferência,estocagem, com entradas e saídas em fichas de prateleira e entradas e saídas no SCMC materiais de consumo diversos de uso na SR/DPF/AP	258	8.841,50	xxx
Recebimento e entrega de materiais considerado em transito (ex. material de laboratório do SETEC)	88	4.466,92	xxx
Recebimento e controle de entradas e saídas de pneus para veículos	56	16.501,11	xxx
Materiais procedentes de Brasília	1.536	xxx	19.985,18
Cadastro de Empresas/fornecedores no SICAF	90	xxx	xxx
Recadastramento de Firmas no SICAF	120	xxx	xxx
Atualização de Empresas/fornecedores no SICAF	450	xxx	xxx
Solicitação de orçamentos diversos à fornecedores	224	xxx	xxx
Orçamentos para compra de materiais	31	xxx	xxx
Orçamentos p/ renovação de Contratos/Serviços	24	xxx	xxx
Cadastramento no SMP	30	xxx	xxx
Transferência de Materiais expedidas no SMP	38	xxx	xxx
Transferência de materiais recebidas no SMP	24	xxx	xxx
Transferência de armas	24	xxx	xxx

expedidas			
Baixa de armas no SMP , por inutilização	48	3.919,40	xxx
Termo de Avaliação e Incorporação no SMP	10	xxx	xxx
Termo de alienação e baixa	01	124.613,28	xxx

6.1.2. PROTOCOLO GERAL:

Documentos protocolizados no exercício

Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	xxxx
748	919	1020	1289	1132	1012	xxxx
Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
805	1021	777	758	799	776	11.056

*E aproximadamente 2900(dois mil e novecentos) documentos e correspondências recebidos e encaminhados via livro.

Certidões de antecedentes criminais – Solicitações de pessoa física- 2009		Certidões de antecedentes criminais – Solicitações de pessoa física - 2010		Variação
Mês	Quantidade.	Mês	Quantidade.	
Janeiro	61	Janeiro	102	67%
Fevereiro	63	Fevereiro	58	0,92%
Março	65	Março	78	12%
Abril	64	Abril	61	0,95%
Maio	111	Maio	97	0,87%
Junho	61	Junho	77	12,6
Julho	101	Julho	99	0,98%
Agosto	113	Agosto	120	106%
Setembro	89	Setembro	121	13,6%
Outubro	88	Outubro	77	0,88%
Novembro	75	Novembro	104	13,9
Dezembro	61	Dezembro	122	200%
Total	952	Total	1.116	+ 11,7%

Malotes Enviados					
Mês	Quantidade	Valor	Mês	Quantidade	Valor
Janeiro	11	R\$417,07	Julho	16	R\$1.109,81
Fevereiro	13	R\$1.066,68	Agosto	17	R\$1.199,54
Março	16	R\$1.074,33	Setembro	14	R\$1.044,40
Abril	13	R\$1.158,17	Outubro	15	R\$1.105,58
Maio	14	R\$1.160,13	Novembro	12	R\$1.238,62
Junho	12	R\$1.203,19	Dezembro	17	R\$1.020,53
xxx	xxx	xxx	Total	181	R\$12.798,05

*Sendo que foram recebidos 98(noventa e oito) malotes do SERA/CCA, e 91(noventa e um) malotes da DPF/OPE/AP.

Correspondências Postadas			
Mês	Valor	Mês	Valor
Janeiro	R\$34,14	Julho	R\$1.793,70
Fevereiro	R\$2.833,69	Agosto	R\$3.069,78
Março	R\$2.102,62	Setembro	R\$1.814,25
Abril	R\$2.303,50	Outubro	R\$2.642,80
Maio	R\$2.891,93	Novembro	R\$1.902,56
Junho	R\$2.643,69	Dezembro	R\$1.676,85
xxx	xxx	Total	R\$25.709,51

6.1.3. NUTRAN - Núcleo de Transporte e controle de viaturas

Quadro demonstrativo do volume e o gasto com abastecimento das viaturas movidas a DIESEL

MESES 2009	QUANT LITROS	VALOR R\$	MESES 2010	QUANTIDADE LITROS	VALOR R\$
Janeiro	956.94	3.282,61	Janeiro	2.063,97	4.437,54
Fevereiro	1.479.12	3.194,91	Fevereiro	1.430,67	3.075,94
Março	1.055.71	3.144,46	Março	1.540,48	3.312,03
Abril	992.60	2.386,55	Abril	1.399,65	3.009,25
Maio	1.693.97	4.114,02	Maio	2.203,49	4.737,50
Junho	1.522.14	4.167,33	Junho	2.231,20	4.797,08
Julho	1.187.05	3.348,05	Julho	1.363,46	2.931,44
Agosto	1.279.73	3.587,54	Agosto	1.622,01	3.487,32
Setembro	1.319.80	3.927,78	Setembro	2.872,60	6.176,09
Outubro	747.76	2.283,87	Outubro	658,43	1.415,62
Novembro	957.74	2.614,10	Novembro	988,33	2.124,91
Dezembro	996.83	2.204,77	Dezembro	492,98	1.059,90
TOTAIS	14.192,39	38.255,99	TOTAIS	18.867,27	40.564,62

VARIAÇÃO = + 6,05%

Quadro demonstrativo do volume e o gasto com abastecimento das viaturas movidas à GASOLINA

MESES 2009	QUANT LITROS	VALOR R\$	MESES 2010	QUANT LITROS	VALOR R\$
Janeiro	1.347.49	3.220,41	Janeiro	596,25	1.693,35
Fevereiro	934.53	2.552,21	Fevereiro	1.264,93	3.592,40
Março	1.129.62	3.346,17	Março	1.561,02	4.433,30
Abril	851.73	2.307,22	Abril	1.148,34	3.261,29
Maio	820.56	2.095,59	Maio	2.181,91	6.196,62
Junho	1.331.78	3.494,79	Junho	2.102,61	5.971,42
Julho	726.48	1.837,74	Julho	2.007,12	5.700,22
Agosto	1.054.73	3.085,05	Agosto	2.584,83	7.340,92
Setembro	974.69	2.749,07	Setembro	2.302,89	6.990,21
Outubro	934.55	2.568,06	Outubro	906,27	2.573,81
Novembro	1.078.88	3.243,58	Novembro	1.514,18	4.300,27
Dezembro	924,31	2.658,16	Dezembro	757,22	2.150,50
TOTAIS	12.109.35	33.158,05	TOTAIS	18.927,57	54.204,31

VARIAÇÃO = +63,47% nos valores pagos e de +56,30% no consumo

Quadro demonstrativo do gasto com peças e serviços realizados nas viaturas da SR/DPF/AP

MESES 2009	VALOR GASTO R\$	MESES 2010	VALOR GASTO R\$
Janeiro	9.778,36	Janeiro	10.023,91
Fevereiro	1.003,12	Fevereiro	2.913,94

Março		Março	13.554,71
Abril	426,67	Abril	7.969,24
Mai	3.437,95	Mai	8.727,69
Junho	23.826,36	Junho	9.183,96
Julho	1.656,64	Julho	3.521,28
Agosto	4.282,23	Agosto	14.994,73
Setembro	3.446,65	Setembro	26.485,31
Outubro	3.564,69	Outubro	10.858,42
Novembro	5.612,76	Novembro	26.480,56
Dezembro	8.549,52	Dezembro	9.613,67
TOTAL	65.575,95	TOTAL	144.327,44

VARIAÇÃO = + 120,10%

Quadro demonstrativo dos veículos recebidos pela SR/DPF/AP no exercício de 2010.

QUANTIDADE	ESPÉCIE	ORIGEM
01 (um)	Caminhonete	DITEC/DPF/BSB
01 (um)	Automóvel	QUÍMICOS/CGPRE

6.2. Comissão Permanente de Licitação e Gestão de Contratos

Quadro demonstrativo dos procedimentos realizados pela CPL/SR/DPF/AP e Gestão de Contratos/SR/DPF/AP

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
01	CONCORRÊNCIA	01
02	PREGÕES ELETRÔNICOS	20
03	EDITAIS	21
04	COTAÇÕES ELETRÔNICAS	20
05	ATAS DE SRP	04
06	CONTRATOS	17
07	TERMOS ADITIVOS	29
08	PUBLICAÇÕES NO DOU	88

6.3. Chefia do SELOG e SECRETARIA ADMINISTRATIVA

Quanto às despesas com diárias e passagens aéreas apresentamos a seguir o quadro comparativo entre os exercícios 2009 e 2010:

2009			
Diárias FUNAPOL	Diárias TESOUREIRO	PASSAGENS	TOTAL
772.444,37	129.340,59	336.847,59	1.238.632,55
2010			
855.114,84	175.831,23	248.501,80	1.279.447,87
+10,70%	+35,94%	-26,23%	+3,30%

DELEGACIA DE OIAPQUE

11. ATIVIDADES/OPERAÇÕES DA DPF/OPE/AP

OPERAÇÃO BATÉIA

Operação Bateia: objetivo coibir o comércio ilegal de ouro no Estado, constatação grande parte do ouro comercializado no Estado é oriunda de garimpos clandestinos localizados na Guiana Francesa e em áreas de preservação da União, como o Parque Nacional das Montanhas do Tumucumaque.

O ouro é remetido para fora do estado de diversas formas: via malote, preso ao corpo de indivíduos e via fluvial.

Durante os trabalhos foram apreendidas quantidades significativas do metal, sendo verificado que o comércio do ouro tem reflexo fora do estado.

A extração de ouro em áreas clandestinas além de destruir o meio ambiente com o derrame de produtos químicos nos rios, a exemplo do mercúrio, lesa os cofres públicos na medida em que não há o recolhimento dos tributos devidos.

As investigações mostraram que vários delitos podem ter sido praticados como receptação, usurpação de matéria prima da União, falsificação de documentos, além da sonegação fiscal e crime contra a ordem tributária.

Resultados

18 mandados de busca de apreensão

50 kg de ouro apreendido valor do ouro 3 milhões de reais.

OPERAÇÃO DE COMBATE À QUADRILHA DE ASSALTANTES

Mandato de prisão 06

Mandato de busca 06

OPERAÇÃO TURQUESA

Polícia Federal de Oiapoque/AP com o apoio do Ministério Público Estadual de Oiapoque, objetivo cumprimento a 11 Mandados de Busca e Apreensão e 11 Mandados de Prisão por tráfico ilícito de entorpecentes, resultando na apreensão de 40g de crack e de R\$ 8.300 em dinheiro.

OPERAÇÃO CURARE – 2010

Operação realizada pela Polícia Federal no Município de Oiapoque em conjunto com o Exército Brasileiro em Macapá, Marinha do Brasil, IBAMA, FUNAI e AGU, objetivo coibir diversos ilícitos penais com Garimpo Ilegal, Tráfico Ilícito de Armas, Tráfico de Drogas, Crime Ambiental (pesca ilegal, etc), estes realizados tanto em Vila Brasil/Ilha Bela/Camopi como no Parque Nacional do Cabo Orange. Que costumemente ocorrem na região de fronteira entre o Brasil e a Guiana Francesa, devido aos altos índices de criminalidade, de diversas espécies no território Brasileiro e Frances.

2 - EXAME DE SITUAÇÃO

A fronteira do Estado do Amapá, em especial a região entre Brasil e Guiana Francesa, possui um razoável índice de criminalidade, de diversas espécies, afetando diretamente o território brasileiro e francês.

Diante das dificuldades do local e do acesso, foi necessário o apoio das Forças Armadas e das Instituições de Proteção ao Meio Ambiente (IBAMA e ICMBIO), uma vez que estes também detêm um conhecimento da região e dos crimes correntes nesta região fronteiriça.

OPERAÇÃO SENTINELA

A SR/DPF/AP e a Delegacia de Oiapoque juntamente com as Forças Armadas, Força Nacional, Secretaria de Segurança Pública dos estados, Polícia Rodoviária Federal, Receita Federal e Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – Censipam, realizou ações relacionadas a Operação Sentinela e combateu crimes relativos ao tráfico internacional de armas de fogo, munições e explosivos, contrabando e descaminho, exportação ilegal de veículos e imigração ilegal de estrangeiros pela fronteira seca do Brasil,

OPERAÇÃO MÃOS LIMPAS COMBATE DE DESVIO DE RECURSOS PÚBLICOS NO AMAPÁ

A Operação Mãos Limpas, no Estado do Amapá, com o objetivo de prender uma organização criminosa composta por servidores públicos, agentes políticos e empresários, que praticava desvio de recursos públicos do Estado do Amapá e da União.

As investigações, que contaram com o auxílio da Receita Federal, Controladoria Geral da União e do Banco Central, iniciaram-se em agosto de 2009, e se encontram sob a presidência do Superior Tribunal de Justiça - STJ. As apurações revelaram indícios de um esquema de desvio de recursos da União que eram repassados à Secretaria de Educação do Estado do Amapá, provenientes do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF.

Foi constatado que a maioria dos contratos administrativos firmados pela Secretaria de Estado da Educação não respeitavam as formalidades legais e beneficiavam empresas previamente selecionadas. Apenas uma empresa de segurança e vigilância privada manteve contrato emergencial por três anos com a Secretaria de Educação, com fatura mensal superior a dois milhões e meio de reais, e com evidências de que parte do valor retornava, sob forma de propina, aos envolvidos.

Durante as investigações, constatou-se que o mesmo esquema era aplicado em outros órgãos públicos. Foram identificados desvios de recursos no Tribunal de Contas do Estado do Amapá, na Assembléia Legislativa, na Prefeitura de Macapá, nas Secretarias de Estado de Justiça e Segurança Pública, de Saúde, de Inclusão e Mobilização Social, de Desporto e Lazer e no Instituto de Administração Penitenciária.

Foram mobilizados 600 policiais federais para cumprir 18 mandados de prisão temporária, 87

mandados de condução coercitiva e 94 mandados de busca e apreensão, todos expedidos pelo Superior Tribunal de Justiça. Além do Estado do Amapá, os mandados estão sendo cumpridos no Pará, Paraíba e São Paulo. Participam da ação 60 servidores da Receita Federal e 30 da Controladoria Geral da União.

Os crimes praticados são de corrupção ativa e passiva, peculato, advocacia administrativa, ocultação de bens e valores, lavagem de dinheiro, fraude em licitações, tráfico de influência, formação de quadrilha, entre outros crimes conexos.